Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | TERÇA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2022 | Nª 25.138 | Preço banca: R$ 3,50

Ministro detalha motivos para decretar fim da emergência sanitária

Um dia depois de anunciar em pronunciamento oficial em rádio e TV que o Ministério da Saúde vai declarar o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) relacionada à covid-19 no Brasil, o ministro Marcelo Queiroga detalhou na segunda-feira (18) a decisão da pasta. "A covid não acabou e não vai acabar, e nós precisamos conviver com essa doença e com esse vírus. Felizmente, parece que o vírus tem perdido a força, tem perdido a letalidade, e cada dia nós vislumbramos um período pós-pandêmico mais próximo de todo mundo", disse o ministro em entrevista coletiva.

O ministro garantiu que haverá um período de transição, e que mesmo com o fim da emergência sanitária "nenhuma política de saúde será interrompida".

Queiroga disse que nos próximos dias uma portaria com os argumentos que fundamentam a medida será publicada no Diário Oficial da União. Um deles é a queda expressiva dos casos e dos óbitos provocados pela covid-19 nos últimos 15 dias. O ministro destacou a ampla cobertura vacinal da população, com mais de 70% com o esquema vacinal completo com duas doses e mais de 77 milhões de pessoas - 39% da população - já receberam a dose de reforço contra o coronavírus. Página 12

Reajuste a servidores seria "esforço fiscal considerável", diz Colnago

Página 3

Quadrilha tenta roubar empresa de transporte de valores no Paraná

Página 12

Dólar inicia semana em forte queda e fecha a R$ 4,64

A perspectiva de alta dos juros no Brasil empurrou o dólar para baixo e fez a moeda norte-americana fechar com a maior queda em duas semanas. A bolsa de valores não teve a mesma tranquilidade e caiu pela segunda sessão consecutiva, pressionada por ações de empresas exportadoras de commodities (bens primários com cotação internacional).

O dólar comercial encerrou a segunda-feira (18) vendido a R$ 4,648, com queda de R$ 0,048 (-1,02%). A cotação iniciou as negociações próxima da estabilidade, mas despencou após a abertura dos negócios no mercado norte-americano, até fechar na mínima do dia.

Essa foi a maior queda do dólar desde 4 de abril. Com o desempenho de segunda-feira, a moeda acumula baixa de 2,37% em abril. Em 2022, a divisa recua 16,64%.

O mercado de ações teve um dia mais tenso. O índice Ibovespa, da B3, fechou o dia aos 115.687 pontos, com recuo de 0,43%. O indicador chegou a operar próximo da estabilidade no meio da tarde, mas perdeu força perto do fim da sessão, pressionado por ações de mineradoras e de petroleiras.

Num dia de feriado em diversos países da Europa, a desaceleração da economia chinesa em março afetou os papéis de empresas exportadoras de commodities. A imposição de lockdowns no país asiático para conter os casos de covid-19 reforçou a perspectiva de que a China diminua a demanda por minérios e por produtos agrícolas.

Em relação ao dólar, o real teve um dos melhores desempenhos do planeta na segunda-feira por causa da perspectiva de que o Banco Central brasileiro suba a taxa Selic (juros básicos da economia) além do previsto. O fato foi reforçado após o IGP-10 da Fundação Getulio Vargas (FGV) subiu 2,48% em abril. (Agencia Brasil)

Previsão do Tempo

Terça: Sol com algumas nuvens. Não chove.

25° C
14° C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,65
Venda: 4.66

Turismo
Compra: 4,75
Venda: 4,83

EURO
Compra: 5,02
Venda: 5,02

TJ mantém proibição de câmeras de reconhecimento facial no Metrô de SP

Foto: Governo de SP/Arquivo

Página 2

Redução da taxa de energia vai favorecer pequenos negócios, diz Sebrae

A notícia de que a taxa extra aplicada às contas de luz ficará na cor verde até o fim do ano, sem cobrança adicional para os consumidores favorecerá os pequenos negócios, disse na segunda-feira (18) a economista Aline Barreto, analista do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro (Sebrae Rio), economista Aline Barreto. A informação sobre a permanência da bandeira verde foi divulgada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na semana passada. Página 3

Prefeitura de SP incentiva a participação popular na formulação do Orçamento

Página 2

Esporte

"Reis de Itapema", André e George conquistam etapa Challenge do Circuito Mundial

Competição de vôlei de praia em Itapema virou sinônimo de pódio para André Stein e George. No domingo (17), a dupla colocou mais uma medalha na coleção de conquistas em areias catarinenses. Ao vencer os tchecos Perusic/Schweiner por 2 sets a 1, eles foram campeões da etapa Challenge do Circuito Mundial 2022 disputada na Meia Praia. Nos sete torneios que Itapema já recebeu, André só não esteve no pódio uma vez - ele tem três títulos do Circuito Mundial (2018, 2021 e 2022), além de um ouro (2017), uma prata (2022) e um bronze (2021) em etapas do Circuito Brasileiro. George não fica atrás. Além do bicampeonato no Circuito Mundial (2021 e 2022), conquistou duas pratas (2017 e 2022) e um bronze (2021) no Brasileiro.

"A gente ama jogar nessa cidade. Temos um histórico muito bom aqui, então chegamos com o sorriso estampado no rosto, sabendo que vai ter muita torcida. É uma energia muito boa, e a cada ano que passa a gente ganha mais confiança. Deu certo mais uma vez. Jogar o Circuito Mundial em casa e sair com a vitória é muito especial", afirmou André.

"É um torneio de alto nível, então todo jogo é uma batalha. Foi a primeira vez que a gente enfrentou esse time, então nosso primeiro set foi mais para conhecer a dupla. Depois a gente impôs nosso jogo. É muito difícil subir no lugar mais alto do pódio, e a gente conseguiu fazer isso mais uma vez aqui em Itapema", destacou George.

Também teve festa brasileira no torneio feminino em Itapema. Andressa e Vitória faturaram a medalha de bronze com uma vitória por 2 sets a 0 (21/11 e 21/17) contra as alemãs Borger e Sude.

"Ganhar no Brasil é bom demais. Quando estamos na dificuldade, a galera grita seu nome, dá um incentivo. É muito especial jogar em Itapema. A gente vem tendo bons resultados aqui, então eu amo duas vezes mais", comemorou Vitória, que também ao lado da parceira também conquistou a prata no Top 8 da etapa de Itapema do Circuito Brasileiro, há duas semanas.

Foto: Fabio Silva

André *e George conquistaram mais um ouro em Itapema*

"Estar entre as três melhores do mundo em uma etapa não é uma tarefa fácil. Estamos muito felizes com nosso time e nossa evolução", completou Andressa.

Com os resultados desta etapa, realizada em parceria da CBV com a Prefeitura de Itapema, o Brasil soma cinco medalhas no Circuito Mundial 2022. Carol Solberg e Bárbara Seixas foram campeãs do Challenge de Tlaxcala, no México, etapa em que Elize Maia/Thamela faturaram o bronze. Na disputa da Elite de Rosarito, também no México, Talita e Rebecca ficaram com o bronze.

Para o gerente de vôlei de praia da CBV, Guilherme Marques, a etapa de Itapema reforçou a conexão da torcida brasileira com o vôlei de praia. "Tivemos uma atmosfera incrível durante a competição, com arquibancadas lotadas, público participativo e muito incentivo aos nossos atletas, que gostam muito de jogar aqui. Foram quatro dias de grandes jogos e foi importante ter no pódio duas duplas brasileiras. Andressa e Vitória são duas jovens de muito talento, e André e George confirmaram a boa fase, com duas finais em duas semanas, uma no Circuito Brasileiro e outra no Circuito Mundial", avalia Guilherme. O Banco do Brasil é o patrocinador oficial do voleibol brasileiro.

Paulista de MTB XCO/XCC 2022: festa e títulos em Araçoiaba da Serra

Os campeões paulistas de MTB XCO e XCC em 2022 foram conhecidos neste fim de semana, na cidade de Araçoiaba da Serra, na região de Sorocaba. Atletas de diferentes categorias mostram habilidade e garra nas trilhas do Bikepark do Thor Bike Trail, numa grande festa do Mountain Bike paulista. A etapa única, também válida pela segunda e pela terceira etapas do Ranking Paulista, contou com a participação de 160 ciclistas, ou seja, 30% maior que no ano passado, e mostrou a força da modalidade no estado.

"Tivemos uma grande competição. Deu tudo certo e só tenho a agradecer aos participantes que prestigiaram a prova. Também agradeço à prefeitura de Araçoiaba da Serra, comandada pelo prefeito Dr. Quevedo, e a todos da secretaria de esportes, sem contar a grande parceria com o Thor Bike Trail", destacou José Cláudio dos Santos, o Facex, presidente da Federação Paulista de Ciclismo.

Independente da categoria, todos os vencedores colocaram o MTB paulista em evidência. Entre os vencedores do XCC, com baterias realizadas no sábado, destaque para Stefânye da Silva, da Equipe Hoffmann Taubaté, campeã na Elite feminina, e Edivando de Souza Cruz (First Bikes/Pro Shock/Token/Arstop/Mt B 90), primeiro na Sênior Open Masculino. Já no XCO, com baterias no sábado e domingo, os primeiros colocados na Elite foram Edmilson Arquilino de Macedo (Corratec Brasil) e outra vez Stefânye da Silva (Equipe Hoffmann Taubaté).

O Campeonato Paulista de MTB 2022 – XCC/XCO é uma realização da Federação Paulista de Ciclismo, com apoio do Thor Bike Trail e Prefeitura de Araçoiaba da Serra. Mais informações no site oficial, www.fpciclismo.org.br

TJ mantém proibição de câmeras de reconhecimento facial no Metrô de SP

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou recurso do Metrô e manteve a liminar de primeiro grau que proíbe a instalação imediata de câmeras de reconhecimento facial nas estações. A decisão é da desembargadora Maria Laura Tavares, da 5ª Câmara de Direito Público.

A ação contra o Metrô foi movida pela Defensoria Pública de São Paulo, Defensoria Pública da União, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, organização Artigo 19 Brasil e América do Sul e o Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu).

Para essas entidades, o sistema de reconhecimento facial, que teria custado mais de R$ 50 milhões aos cofres públicos, não atende aos requisitos legais previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no Código de Defesa do Consumidor, no Código de Usuários de Serviços Públicos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Constituição Federal e nos tratados internacionais.

Segundo as entidades, esse tipo de sistema é falho e eleva o risco de discriminação de pessoas negras, não binárias e trans. A ação também questiona o uso de imagem e a coleta e tratamento de dados pessoais sensíveis de crianças e adolescentes, sem que haja o consentimento dos pais ou responsáveis, em frontal violação ao que determina a LGPD, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a proteção constitucional.

As organizações apontam ainda que a iniciativa está na contramão de medidas de outros países, que apontam para uma restrição no uso massivo desse tipo de tecnologia, pelo seu caráter invasivo e seu potencial de estabelecer um cenário de vigilância e monitoramento das pessoas que transitam em espaços públicos.

Por meio de nota, o Metrô informou à Agência Brasil que a contratação do sistema de monitoramento "foi feita obedecendo a Lei Geral de Proteção de Dados" e que vai realizar "todas as defesas possíveis pela legalidade desse serviço." (Agência Brasil)

Prefeitura de SP incentiva a participação popular na formulação do Orçamento

O processo de participação popular na formulação do Orçamento Cidadão 2023 – Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2023) da Prefeitura de São Paulo segue em andamento e o prazo para o envio de propostas dos cidadãos para o Orçamento 2023 está chegando ao fim: as sugestões podem ser enviadas até domingo (24) pelo site Participe Mais.

Para enviar sua proposta o morador deve acessar a seção Orçamento Cidadão do site e clicar em Criar uma proposta, que deve ser atrelada a alguma das 32 Subprefeituras da capital. Além de descrever a proposta, o cidadão também pode incluir imagens e documentos.

É possível ainda pesquisar as propostas já enviadas por outros participantes do processo.

Após análises de viabilidade técnica, as propostas vão receber os votos da população também pelo site Participe Mais – a previsão é que esta etapa ocorra de 31 de maio a 15 de junho. Em 2022 foram coletadas 3.130 propostas através do portal Participe Mais, abrangendo todas as 32 Subprefeituras Municipais. Foram registrados 24.578 votos e, ao final, 84 propostas consideradas viáveis foram incluídas no Orçamento 2022.

Para mais informações sobre o calendário do Orçamento Cidadão 2023, acesse o site da Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Como terá sido a Páscoa dos vereadores e vereadoras que foram reeleitos ou eleitos (2020) - enquanto cristãos - pro maior parlamento municipal do Brasil ?

PREFEITURA (São Paulo)
Como terá sido a Páscoa do prefeito Ricardo Nunes, que foi eleito vice-prefeito (2020) - enquanto cristão - pra maior prefeitura do Brasil ?

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Como terá sido a Páscoa dos deputados e deputadas que foram reeleitos ou eleitos - enquanto cristãos - pro maior parlamento estadual do Brasil ?

.

GOVERNO (São Paulo)
Como terá sido a Páscoa do Rodrigo Garcia, que foi eleito vice-governador (2018) - enquanto cristão - pro maior governo estadual do Brasil ?

.

CONGRESSO (Brasil)
Como terá sido a Páscoa dos deputados e deputadas federais, dos senadores e senadoras que se elegeram ou se reelegeram (2018) enquanto cristãos ?

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Como terá sido a Páscoa do Jair Bolsonaro, que se elegeu (2018) Presidente - enquanto cristão - usando "Brasil Acima de Tudo" e "DEUS Acima de Todos" ?

.

PARTIDOS (Brasil)
Como terá sido a Páscoa - enquanto cristãos - dos donos e / ou sócios preferencias dos partidos políticos brasileiros (Pessoas Jurídicas de Direito Privado) ?

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Como terá sido a Páscoa - enquanto cristãos - dos ministros e ministras do Supremo e membros(as) da única Justiça Eleitoral - enquanto Poder - do mundo ?

.

ANO 30
Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna cesarneto.com tornou-se referência das liberdades possíveis. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista)

.

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarneto-real

cesar@cesarneto.com

SP entrega 271 veículos e libera R$ 208,2 mi em investimentos na região de Campinas

O Governador Rodrigo Garcia entregou na segunda-feira (18), em Campinas, 271 veículos e maquinários do Programa Nova Frota – SP Não Para e liberou R$ 208,2 milhões para investimentos em obras. Os veículos e maquinários foram destinados a 56 municípios da região de Campinas, com um investimento superior a R$ 90 milhões.

"O Governo que se coloca no lugar das pessoas sabe que o momento do Brasil é delicado e desafiador. É fundamental que o governo tenha projeto para apoiar a sociedade, seja os que querem empreender ou os mais pobres que precisam de ajuda", afirmou Rodrigo.

As ações foram anunciadas durante a iniciativa Governo na Área, que busca intensificar as relações institucionais entre o Governo do Estado, Prefeituras e Câmaras Municipais, além de ampliar a transparência das ações governamentais à população.

Rodrigo liberou convênios que somam R$ 27,9 milhões para a construção de Casas da Mulher, unidades de saúde, Centros de Convivência do programa Qualivida, pavimentação de vias de terra do programa Nossa Rua, iluminação pública, além de outras obras de infraestrutura urbana definidas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Obras na região

O Governo do Estado também vai destinar R$ 55,8 milhões para intervenções viárias em 56 municípios da região. As obras serão executadas pelo Detran.SP, em parceria com a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano).

Rodrigo liberou ainda R$ 51,4 milhões para obras e melhorias de infraestrutura turística na região. O valor anunciado é 37% superior à média dos últimos dois anos. A região de Campinas concentra o maior número de Estâncias e Municípios de Interesse Turístico do estado.

Houve também a liberação de R$ 54,8 milhões para construção de novas obras de ampliação do tratamento de esgoto em Paulínia e atender 95% da área urbana local. Em Aguaí, os empreendimentos vão aumentar a capacidade de produção de água e a qualidade da água tratada com investimento de R$ 8 milhões.

Em Nazaré Paulista, haverá implantação do sistema de esgoto nos bairros Vicente Nunes e Zico Cunha, com redes coletoras e estações elevatórias e investimentos de R$ 4,7 milhões. Em Bragança Paulista, estão sendo destinados R$ 5,6 milhões para o sistema de abastecimento de água no bairro Arara dos Pereiras.

Também foi anunciado o investimento de R$ 135,4 milhões para projetos de infraestrutura nos municípios de Campinas, Americana Sumaré e Mogi Mirim, com aporte da agência de fomento paulista, Desenvolve SP.

O Governador liberou o desassoreamento de 42 mil metros em cursos d´água nos municípios de Aguaí, Amparo, Cosmópolis, Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Itobi, Monte Mor, Piracaia, Santa Cruz das Palmeiras, Tambaú e Vargem Grande do Sul, por meio do programa Água É Vida – Eixo Rios Vivos.

As cidades de Águas de Lindóia, Santo Antônio de Posse, Tambaú e Vargem Grande do Sul serão contempladas com novos poços profundos para reforçar a disponibilidade hídrica à população, que serão executados pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Segurança

O Governador também entregou as novas sedes da 4ª Companhia do 24º Batalhão de Polícia Militar do Interior em Espírito Santo do Pinhal, a Central de Polícia Judiciária de Americana e a das Equipes de Perícias Criminalística e Médico-Legal de Bragança Paulista.

Governo de SP libera R$ 17,3 milhões em recursos para a região de Itu

O Governador Rodrigo Garcia liberou na quinta-feira (14) R$17,3 milhões em recursos para a região de Itu. Deste total, R$ 7,4 milhões serão destinados para obras e melhorias de infraestrutura turística, um valor 8,6% maior do que o garantido pelo Governo em 2021, quando foram assinados convênios no valor de R$ 6,8 milhões.

"Hoje eu trago o Governo aqui para região de Itu, uma forma de estar mais próximo das pessoas. Toda a nossa equipe está aqui atendendo a população e o terceiro setor, resolvendo os problemas que podem ser resolvidos de maneira imediata e ouvindo críticas porque muitas delas nos corrigem e nos fazem tomar decisões melhores", disse Rodrigo Garcia.

O recurso será disponibilizado pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (Dadetur), da Secretaria de Turismo e Viagens. A cidade de Itu, que é uma das 71 estâncias turísticas do Estado, atualmente executa seis obras com recursos do Turismo: iluminação da ciclovia do Parque Linear, construção da Praça da Bike, criação do polo turístico e gastronômico na Avenida Francisco Ernesto Fávero, o Terminal Receptivo de Turismo, adaptação do Auditório Municipal para Teatro e Sala de Espetáculos e revitalização da Praça Padre Anchieta com implantação do marco zero.

Após o anúncio do governador Rodrigo Garcia, a cidade fará os projetos e propostas que, quando aprovados, serão formalizados por meio de novos convênios. Os novos valores para a região de Itu fazem parte dos R$ 24 milhões que serão liberados para obras e melhorias em turismo e que atenderão outras dez cidades da região de Sorocaba: Araçoiaba da Serra, Boituva, Cabreúva, Cesário Lage, Ibiúna, Piedade, Salto, São Roque, Tatuí e Votorantim.

Infraestrutura urbana

Durante visita à cidade, o governador também liberou R$ 1,7 milhão em recursos para convênios a serem assinados com a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). A cidade de Itu será contemplada com R$ 1,5 milhão para pavimentação de via de acesso ao AME (Ambulatório Médico de Especialidade) e R$ 250 mil para construção de calçada acessível, por meio do Programa Cidade Acessível. A SDR aguarda as Prefeituras encaminharem os projetos executivos para a formalização dos convênios.

Construção de 80 moradias e regularização fundiária

Rodrigo Garcia autorizou o início de 80 unidades habitacionais e liberou recursos do Programa Cidade Legal para a regularização fundiária de três núcleos habitacionais no município de Itu. As 80 unidades serão casas sobrepostas com dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e área privativa de 46m². O empreendimento será composto por blocos com uma vaga para cada apartamento. Cada bloco terá duas unidades no térreo e duas unidades no primeiro andar. Com investimento de R$ 8,2 milhões da CDHU, o empreendimento será edificado no bairro Cruz das Almas, na Avenida Galileu Bicudo – Lote 1, Quadra A.

Na ocasião também foram assinadas ordens de serviço do Programa Cidade Legal, que somam R$ 81,9 mil para trabalhos de regularização fundiária nos núcleos Bairro Estação, Vila da Paz 2 e Vila da Paz 3. A iniciativa beneficiará 391 famílias da região.

Mais do que o investimento financeiro, o Cidade Legal apoia tecnicamente todo o processo legal e burocrático para emissão dos títulos de propriedade dos loteamentos, por meio de consultoria da equipe técnica especializada da Secretaria de Estado da Habitação. Com o convênio junto aos municípios, são realizadas buscas documental/relatório preliminar, análise e diagnóstico, plano de regularização, levantamentos topográficos, projeto urbanístico de regularização e estudo ambiental, além da apresentação da documentação dessas áreas ao cartório.

Arranjos Produtivos Locais

Ainda em visita à região, o governador Rodrigo Garcia participou da abertura da Feira de Artes e Artesanato de Itu, prestigiando e incentivando o artesanato da região. Durante o evento, houve o reconhecimento e recadastramento de Arranjos Produtivos Locais (APLs), aglomerados regionais de empresas que atuam em atividades similares ou relacionadas e que são auxiliadas por políticas públicas de desenvolvimento. No total, foram certificadas oito APLs em 5 municípios: Itatinga, Itu, Laranjal Paulista, Sorocaba e Botucatu.

O Estado de São Paulo conta com 84 APLs em fase de reconhecimento, formados em diversos municípios. As instituições localizadas nos arranjos produzem inúmeros tipos de produtos em cidades que já desenvolvem uma forte atividade comercial, como por exemplo no ramo de calçados, aeroespacial, produção têxtil, entre outros.

Visita à escola estadual da região

O Governador Rodrigo Garcia também visitou a Escola Estadual Professor Rogerio Lazaro Toccheton, uma das escolas do Programa de Ensino Integral de Itu. Na ocasião ele assistiu apresentações culturais de estudantes e se reuniu com professores e equipe gestora da unidade, que tiveram a oportunidade de discutir ações desenvolvidas na escola e apresentar sugestões para colaborar com a melhoria da qualidade do ensino e da vivência escolar.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Redução da taxa de energia vai favorecer pequenos negócios, diz Sebrae

A notícia de que a taxa extra aplicada às contas de luz ficará na cor verde até o fim do ano, sem cobrança adicional para os consumidores favorecerá os pequenos negócios, disse na segunda-feira (18) a economista Aline Barreto, analista do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro (Sebrae Rio), economista Aline Barreto. A informação sobre a permanência da bandeira verde foi divulgada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na semana passada.

Segundo a economista, Setor foi muito afetado pela pandemia de covid-19, e pequenos empreendedores precisaram avaliar se repassavam aumentos de energia ao consumidor, diz economista do Sebrae. os pequenos negócios foram os mais impactados pela pandemia de covid-19. "Com o aumento da energia elétrica, os empreendedores precisaram avaliar se valia a pena repassar o aumento para o consumidor. Essa medida trará alívio para quem empreende", afirmou Aline.

Pesquisa feita pelo Sebrae nacional em dezembro do ano passado, com 6.883 empreendedores de todos os estados e do Distrito Federal, composta por 59% de microempreendedores individuais (MEI), 36% de microempresas (ME), 5% de empresas de pequeno porte (EPP), e focada no momento que os pequenos negócios atravessam, constatou que a grande maioria dos empreendedores nacionais tomou medidas para diminuição dos custos com energia elétrica.

Entre os responsáveis por pequenos negócios entrevistados na pesquisa, 24% evitam usar energia no horário de pico, 4% instalaram painéis solares, 9% trocaram equipamentos antigos por outros mais modernos, 9% inspecionaram a qualidade das instalações elétricas da empresa, 38% orientaram seus colaboradores sobre a importância de gastar menos energia e 31% não tomaram nenhuma medida.

No estado do Rio de Janeiro, onde se encontram 534 empreendedores do total de 6.883 consultados pelo Sebrae, 29% dos pequenos negócios evitaram usar energia no horário de pico nos últimos meses, 2% instalaram painéis solares, 8% trocaram equipamentos antigos por modelos mais modernos, 9% inspecionaram a qualidade das instalações elétricas da empresa, 36% orientaram seus colaboradores sobre a importância de gastar menos energia e 31% não tomaram nenhuma medida.

Dicas

O Sebrae Rio orienta os pequenos empreendedores a investir em aparelhos elétricos econômicos com selo Procel, que categoriza produtos de A a G; substituir equipamentos antigos, fazer revisão nos aparelhos e desligar os que não estão sendo usados; apostar em iluminação natural ou solar; conscientizar funcionários sobre a necessidade de economizar; evitar ligar muitos aparelhos na mesma tomada; observar o horário de uso destes; investir em isolamento térmico; trocar lâmpadas por modelos mais econômicos; buscar orientação especializada e investir em fontes renováveis de energia.

De acordo com o levantamento do Sebrae nacional, os empreendedores acreditam que a economia só voltará ao normal em 16 meses, ou seja, em abril de 2023.

Conforme a pesquisa, o momento vivido pelos pequenos negócios é refletido nos seguintes percentuais: 31% estão funcionando como funcionavam antes da crise; 55% passaram por mudanças por causa da crise; 9% tiveram o funcionamento interrompido temporariamente e 5% fecharam de vez. (Agencia Brasil)

Inflação medida pelo IGP-10 sobe para 2,48% em abril

O Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10), calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), registrou inflação de 2,48% em abril deste ano, taxa superior ao 1,18% do mês anterior. Com o resultado, o IGP-10 acumula taxas de inflação de 7,63% no ano e de 15,65% em 12 meses.

De acordo com a FGV, em abril do ano passado o índice registrava inflação de 1,58% no mês e acumulava taxa de 31,74% em 12 meses.

A alta da taxa de março para abril foi puxada pelos três subíndices que compõem o IGP-10. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede o atacado, subiu de 1,44% em março para 2,81% em abril.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede o varejo, subiu de 0,47% para 1,67% no período. Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) passou de 0,34% para 1,17%. (Agencia Brasil)

Reajuste a servidores seria "esforço fiscal considerável", diz Colnago

O governo reservou um total de R$ 11,7 bilhões para possibilitar um reajuste no salário dos servidores em 2023, conforme descrito no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) encaminhado semana passada ao Congresso Nacional. O percentual de reajuste, no entanto, ainda não foi definido, segundo o secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago.

"Todo mundo quer mais e deseja mais. [Um reajuste de] 5% já é um esforço fiscal considerável, mas não está decidido", disse o secretário na segunda-feira (18) em entrevista coletiva para detalhar o projeto da LDO.

Segundo ele, o recente cenário de déficit dificultaria reajustes maiores. "O teto de gastos existe para efetivamente olharmos as contas do governo. Temos 11 meses de déficit. Não estamos em superávit e não estamos em uma situação em que o país esteja tranquilo. O país ainda tem necessidade de consolidação fiscal. Precisamos perseguir isso", acrescentou.

Para Colnago, ainda não se pode falar se esse reajuste será ou não aplicado de forma linear a todos servidores. "A ideia é criar uma reserva e a decisão vai ficar a cargo do presidente. Mas, de forma prudente, incluímos na estimativa uma reserva de R$ 11,7 bilhões para que o próximo presidente tenha mais tranquilidade para a decisão", acrescentou ao ressaltar que a proposta poderá ser alterada durante a tramitação no Congresso Nacional.

Colnago acrescentou estar a cargo do presidente da República decisões sobre a realização de novos concursos públicos.

Previsões

Durante a apresentação, o secretário destacou que, entre as previsões estimadas pelo governo federal para os próximos anos, está a tendência de queda da participação da receita primária total em relação ao PIB. "Ela sai de 22% do PIB, cai para 21,3% em 2023; e continua cadente até 2025, com 21,1% em 2024 e 21% em 2025", disse.

"A mesma coisa quando a gente desconta as transferências que são feitas a estados e municípios. A Receita que fica com a União sai de 17,5% do PIB e cai até 17% em 2025", acrescentou. "Chamo a atenção também para a redução de despesas obrigatórias. A gente começa em 18,2% em 2022, cai para 17,8% em 2023; para 17,3% e para 16,7% nos anos seguintes".

"Na parte de despesa, buscamos ser prudentes na avaliação das despesas e incluímos dentro das despesas obrigatórias, para os próximos exercícios, uma estimativa de gastos que a gente tem de forma recorrente, por diversos motivos, que são de gastos extraordinários. Colocamos R$ 8 bilhões a mais, de forma prudente, dentro das despesas obrigatórias. Se for menor do que isso teremos acréscimo nas despesas discricionárias; e se for maior teremos o inverso", completou

O secretário explicou que as despesas discricionárias projetadas para 2023 não consideram as emendas individuais e as emendas de bancada, "que são aquelas obrigatórias constitucionalmente falando". "Precisaria então somar pelo menos R$ 20 bilhões para termos algo mais comparável", acrescentou.

Segundo ele, as metas fiscais ainda preveem dois anos de déficit: R$ 65,9 bilhões e R$ 27,9 bilhões nos próximos exercícios. "Mas, em 2025, estimamos um resultado superavitário de R$ 33,7 bilhões", disse.

LDO

De acordo com o governo federal, as contas públicas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) deverão fechar 2022 com déficit primário de R$ 170,47 bilhões.

O déficit primário representa o resultado das contas do governo desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Com o déficit previsto para o próximo ano, esse será o nono ano seguido de contas públicas no negativo.

O projeto da LDO prevê déficit até, pelo menos, 2024, totalizando 11 anos seguidos de resultados negativos. O texto projeta déficit de R$ 144,97 bilhões em 2023 e de R$ 102,2 bilhões em 2024.

Apesar de mais um resultado negativo para o próximo ano, o déficit é inferior à meta de R$ 247,1 bilhões estipulada para este ano. A meta fiscal para 2021 pode ser afrouxada conforme a necessidade de gastos com o enfrentamento à pandemia de covid-19.

Teto de gastos

A alta da inflação a partir do segundo semestre do ano passado aliviou as restrições impostas pelo teto federal de gastos em 2022, depois de um limite severo imposto para 2021. O PLDO permitirá o aumento de R$ 107 bilhões no teto de gastos para o próximo ano, de R$ 1,485 trilhão em 2021 para R$ 1,592 trilhão em 2022.

A alta, de 7,2%, equivale à estimativa de inflação pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre julho de 2021 e junho de 2022. O valor está um pouco mais otimista que as projeções do mercado financeiro, que estimam que a inflação acumulada em 12 meses chegará a junho entre 7,5% e 8%.

Neste ano, os gastos públicos federais poderão crescer apenas 2,13%, equivalente ao IPCA acumulado entre julho de 2019 e junho de 2020. Com as restrições das atividades econômicas nos primeiros meses da pandemia de covid-19, a inflação oficial caiu no primeiro semestre do ano passado, empurrando para baixo o índice usado para corrigir o teto de gastos. No segundo semestre, o IPCA disparou com a alta dos alimentos, mas essa alta só se refletirá no limite de gastos para 2022.

O PLDO traz parâmetros que orientam a elaboração do Orçamento do ano seguinte. Em tese, o projeto precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional até o fim do semestre legislativo, na metade de julho. Caso contrário, a pauta do Congresso ficará trancada. (Agencia Brasil)

FNDE prorroga prazo para renovação de financiamento do Fies

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) prorrogou até 30 de abril o prazo para que estudantes com contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) façam os aditamentos de dilatação e transferência dos contratos de financiamento, concedidos até o segundo semestre de 2017 e referente ao primeiro semestre de 2022. O novo prazo foi estipulado em portaria publicada na segunda-feira (18), no Diário Oficial da União.

O novo prazo vale para a realização de transferência integral de curso ou de instituição de ensino e de solicitação de ampliação do prazo de utilização do financiamento, respectivamente, referente ao primeiro semestre de 2022.

Os aditamentos deverão ser realizados por meio do Sistema Informatizado do Fies (SisFies), disponível na página eletrônica do Ministério da Educação. (Agencia Brasil)

Governo autoriza criação de nova loteria chamada +Milionária

O governo federal autorizou a criação de uma nova modalidade lotérica chamada +Milionária. O concurso será de periodicidade semanal e ainda não tem data de estreia definida. A autorização para promoção do novo produto foi dada à Caixa, banco responsável por gerenciar as loterias federais, e publicada em portaria no Diário Oficial da União (DOU) da segunda-feira (18). A portaria entra em vigor em 2 de maio.

Diferentemente da Mega Sena, a +Milionária terá duas matrizes distintas para cada aposta: a primeira, onde o apostador pode marcar de 6 a 12 números, é a chamada Matriz 1, e vai de 1 a 50. A segunda, chamada Matriz 2, vai de 1 a 6 e deverá ser preenchida com duas escolhas.

Para a menor combinação possível de números, chamada aposta simples, o jogador pagará R$ 6 por bilhete. Segundo o Diário Oficial, o primeiro sorteio da +Milionária deverá oferecer, no mínimo, R$ 10 milhões em prêmios.

A +Milionária oferecerá também a opção "teimosinha", que repete automaticamente as mesmas dezenas durante um determinado número de sorteios. (Agencia Brasil)

Presidente Bolsonaro efetiva ministro da Educação

O ministro da Educação, Victor Godoy, foi efetivado na segunda-feira (18) no cargo. A nomeação, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Godoy estava interinamente no cargo desde a saída do ex-ministro Milton Ribeiro. Antes da exoneração, o novo ministro ocupava a função de secretário-executivo da pasta.

O currículo de Victor Godoy publicado no site do MEC informa que ele é servidor público da carreira de Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU), onde trabalhou desde 2004 até ser convidado ao cargo de secretário-executivo do MEC, em julho de 2020.

Na CGU, Godoy atuou como auditor federal de Finanças e Controle, coordenador-geral; e diretor de Auditoria da Área Social e de Acordos de Leniência. (Agencia Brasil)

Anvisa vai revisar atos e resoluções sobre uso emergencial de vacinas

A vigência dos atos editados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em resposta à pandemia da covid-19 estão sendo revisados. Segundo informou a agência na segunda-feira (18), estão incluídos entre esses atos as resoluções que tratam do uso emergencial de vacinas e medicamentos.

Diversos atos publicados de forma excepcional pela Anvisa, em resposta à pandemia, previam inicialmente o encerramento de sua vigência a partir do fim do Estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional. Essa condição deve ter seu fim normatizado ainda esta semana por meio de uma nova portaria do Ministério da Saúde.

"A solicitação feita pelo Ministério da Saúde é que a vigência das normas da Agência relativas à pandemia seja mantida por um ano a partir do momento da retirada do estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional. A prorrogação do prazo de vigência das normas ainda depende de aprovação da Diretoria Colegiada da Anvisa e, se aprovada, deve permitir que vacinas e medicamentos em uso emergencial continuem em uso por este período (um ano)", explicou a Anvisa.

Em nota publicada na segunda-feira, a Agência destaca que a vacinação contra a covid-19 deve continuar em andamento e que a dose de reforço deve ser aplicada nos públicos indicados. Para a Anvisa, diante a possibilidade de novas variantes, é necessário também que a vigilância epidemiológica continue atuando sobre a doença, por meio dos programas de testagem e mapeamento genômico do vírus em circulação no Brasil.

"Cada pessoa deve continuar atenta às medidas de higienização das mãos e uso de máscara em ambientes de maior risco, com aglomerações", destacou o órgão de vigilância sanitária ao lembrar que, apesar dos avanços alcançados no Brasil, muitos países ainda continuam em estado de pandemia e com índices de vacinação ainda baixos, necessitando imunizar suas populações. (Agencia Brasil)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência oferta cursos online

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) está com inscrições abertas para cursos em diversas áreas do conhecimento. A inscrição pode ser feita até o dia 9 de junho.

Neste ciclo, serão ofertados 37 webminicursos, com duração de seis horas e aulas previamente gravadas. O aluno terá direito a certificado de participação.

A pessoa que se inscrever para o curso poderá assistir as aulas quantas vezes quiser dentro de sua disponibilidade de tempo.

Neste ciclo, estão sendo oferecidos cursos como Vírus Gigantes: Expandido os Limites da Virosfera; Uso de Jogos Didáticos no Ensino de Parasitologia; Educação na Prisão – Formação de Professores para Atuação em Contextos de Privação de Liberdade; Corpo, Cultura de Movimento e Jogos Indígenas nas aulas de Educação Física; e Línguas Vivas: uma Introdução aos Conhecimentos das Línguas dos Povos Originários no Brasil.

Sócios da SBPC têm desconto na taxa de matrícula. Para os não sócios, o valor de cada webminicurso é de R$ 50. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Vila Oeste Empreendimentos Imobiliários Ltda.

NIRE 35.235.013.616 - CNPJ: 28.237.157/0001-54

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Local, data, hora: 07.04.2022, às 13:40 horas, na sede social, Avenida Sumaré, nº 1421, Pinheiros Superior, Sala 15, Perdizes, São Paulo-SP. **Presenças:** totalidade do capital social. **Mesa:** Marcos Zanin Mauro - Presidente, Rodrigo Mauro - Secretário. **Deliberações Aprovadas: 1)** Em consonância com o artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, a redução da Capital Social, de R$ 9.931.750,00 para R$ 5.931.750,00, totalizando uma redução de R$ 4.000.000,00. O valor ora aprovado, será dividido aos sócios conforme disponibilidade financeira da Sociedade, cabendo a cada sócio o seguinte valor: - Construtora Paulo Mauro Ltda, R$ 1.600.000,00; - Alpan Comércio e Participações Ltda, R$ 1.400.000,00; - Decarlo Investimentos Ltda, R$ 800.000,00; Golf Engenharia e Participações Ltda, R$ 200.000,00, todos como diminuição do capital social. Alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social: Cláusula 5ª. O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 5.931.750,00 dividido em 5.931.750 quotas com o valor nominal de R$ 1,00 cada, distribuídas os sócios: *Sócios-Quotistas: Construtora Paulo Mauro Ltda, Nº de Quotas: 2.372.700, Valor Integralizado R$: 2.372.700,00, Participação %: 40%; Sócios-Quotistas: Alpan Comércio e Participações Ltda, Nº de Quotas: 2.076.113, Valor Integralizado R$: 2.076.113,00, Participação %: 35%; Sócios-Quotistas: Decarlo Investimentos Ltda, Nº de Quotas: 1.186.350, Valor Integralizado R$: 1.186.350,00, Participação %: 20%; Sócios-Quotistas: Golf Engenharia e Participações Ltda, Nº de Quotas: 296.587, Valor Integralizado R$: 296.587,00, Participação %: 5%; Total: Nº de Quotas: 5.931.750, Valor Integralizado R$: 5.931.750,00, Participação %: 100%.* **Encerramento:** Nada mais. **Construtora Paulo Mauro Ltda. -** Por Marcos Zanin Mauro, **Construtora Paulo Mauro Ltda. -** Por Marcio Zanin Mauro, **Decarlo Investimentos Ltda. -** Por Marcio Zanin Mauro, **Alpan Comércio e Participações Ltda. -** Por Rosa Maria Mauro Battistuzzi, **De Carlos Investimentos Ltda. -** Por Jose Emilio Pessanha, **Golf Engenharia e Participações Ltda. -** Por Jonas de Almeida Federighi Junior

RT 094 Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ/NIRE nº 40.504.543/0001-40 - NIRE 35.236.766.847

Ata de Reunião de Sócios

Data/Hora/Local: 12/04/2022, às 12hs, na Estrada Piaçaguera, S/Nº, Km 04, Cubatão/SP. **Convocação/Presenças:** Dispensada, nos termos §2º do artigo 1.152 da Lei 10.406/02, conforme alteradas, **Mesa:** Presidente: em vista a presença das quotistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente - Marcelo Nastromagario; Secretário - Adilson Inácio da Silva. **Ordem do Dia/Deliberação**: "Aprovada por unanimidade" A redução do capital social da Sociedade, por ser considerado capital excessivo em relação ao objeto da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, no valor total de R$ 860.536,01, mediante o cancelamento de 86.053.601 quotas, com valor nominal unitário de R$ 0,01 cada, todas de titularidade da única sócia. A redução do capital social em questão somente se tornará válida e eficaz decorrido o prazo de 90 dias para a oposição de credores, contados da data da publicação da presente ata, de acordo com o artigo 1.084, §1º do Código Civil. Transcorrido o referido prazo, as sócias da Sociedade celebraram uma alteração do contrato social da Sociedade, no qual será deliberado o valor do capital social que será efetivamente reduzido observado o valor máximo ora aprovado. Nesse sentido, ficam os administradores da Sociedade autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários à formalização da redução do capital social ora aprovada, incluindo a publicação da presente ata. **Encerramento:** Nada mais a tratar, lavrou-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. São Paulo, 12/04/2022. **Mesa:** Presidente - Marcelo Nastromagario; Secretário - Adilson Inácio da Silva. **Quotistas:** Compacs Minerais do Brasil Ltda. - p.p. Adilson Inácio da Silva; Compacs Minerais do Brasil Ltda. - p.p. Marcelo Nastromagario.

M2 - Academia de Ginástica Ltda.

CNPJ/NME 17.147.843/0001-38 - NIRE 35.227.132.733

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os senhores sócios da **M2 - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA.** ("Sociedade") para a reunião de sócios da Sociedade a ser realizada em primeira convocação, no dia **28/04/2022, às 15h**, por meio exclusivamente digital, através da plataforma Zoom (o link de acesso será disponibilizado pela Sociedade), para deliberarem sobre: **(I)** as contas dos administradores, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico da Sociedade, referentes ao exercício social findo em 31.12.2021; e **(II)** a destinação do lucro líquido do exercício, bem como a data da distribuição de dividendos referentes ao resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021 e de parte dos lucros acumulados da Sociedade. Os sócios que participarem remotamente da reunião, por meio da plataforma digital, ficam considerados presentes e signatários da ata de reunião respectiva. Para participar e votar por meio da plataforma digital, os sócios deverão enviar ao endereço de e-mail societario@gmartlift.com, em até 3 (três) dias úteis antes da data de realização da reunião (ou seja, até as 15h00min do dia 25 de abril de 2022), solicitação acompanhada de cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do sócio, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na reunião de sócios, obedecidas as condições legais, e documento(s) de identidade do(s) procurador(es). A Sociedade enviará aos sócios que manifestarem seu interesse em participar da reunião, em resposta ao e-mail de solicitação e após a análise dos documentos enviados, um e-mail contendo as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico. A Sociedade não se responsabiliza por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos sócios. São Bernardo do Campo, 13 de abril de 2022. **Edgard Gomes Corona** - Diretor.

Dafferner S/A Máquinas Gráficas

CNPJ: 61.074.332/0001-05 - NIRE: 35901112126

Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam os S/ações acionistas convocados a se reunirem em 1ª convocação, a ser realizada no dia 29/04/2022, com início às 15hs, na Rua Ituarana, 189, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**: a) Exame, discussão e votação do relatório da diretoria, Balanço Patrimonial e demonstração de resultados relativos ao exercício findo em 31/12/2021; b) destinação e transferência de resultados exercício 2021; c) fixação dos honorários da diretoria. **Walter Carvalho Dafferner** - Diretor Presidente. (14-19-20)

Dafferner Comércio Exterior Ltda

CNPJ: 50.264.000/0001-91 - NIRE: 35200757732

Convocação Reunião de Sócios Quotistas

Ficam os S/ações Quotistas convocados em 1ª convocação, a ser realizada no dia 29/04/2022, às 10hs, na Rua Ituarana, 189, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: a) Exame, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstração de resultados relativos ao exercício findo em 31/12/2021; b) destinação e transferência de resultados desse exercício de 2021; c) fixação dos honorários da diretoria para 2022. **Walter Carvalho Dafferner** - Sócio Administrador. (14-19-20)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1026510-88.2017.8.26.0001** (OA) MM. Juíza(o) de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Jonge Alberto Quadros de Carvalho Silva, na forma da Lei etc. FAZ SABER a(s) ADILSON GONÇALVES DE SOUZA, CPF 356.926.078-68, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de ANA CLAUDIA DE JESUS, CPF 356.926.078-68 que lhes

SHOPPINGS DO BRASIL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 13.230.046/0001-49

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E DE 2020- Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanços patrimoniais

A T I V O	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		**3.327**	**2.586**	**115.613**	**77.247**
Caixa e equivalentes de caixa	5	572	1.358	37.348	9.536
Contas a receber	6	-	464	43.923	33.601
Adiantamentos a fornecedores		75	-	6.865	5.013
Impostos a recuperar		787	764	10.487	10.661
Créditos com partes relacionadas	7	1.893	-	14.132	15.137
Outros ativos		-	-	3.299	2.895
Não circulante	**53.311**	**89.780**	**1.200.748**	**1.290.856**	
Aplicações financeiras vinculadas	5	20.171	-	21.795	21.795
Contas a receber	6	-	-	9.155	9.716
Impostos a recuperar		-	-	1.260	2.467
Créditos com partes relacionadas	7	-	25.388	39.262	96.166
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	7	265	9.055	3.347	3.347
Impostos diferidos	20	-	-	29.063	24.696
Outros ativos		-	-	1.158	1.158
Propriedade para investimentos	9	-	-	1.046.973	1.056.735
Investimentos	8	53.046	35.166	11.849	11.849
Imobilizado	10	-	-	1.154	1.154
Intangível	11	-	-	11.377	13.997
Total do ativo		**56.638**	**92.366**	**1.316.361**	**1.368.103**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante		**206**	**526**	**96.633**	**146.753**
Fornecedores	12	193	56	31.241	32.566
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	21.005	38.811
Salários e encargos sociais	14	-	-	3.036	5.598
Impostos, taxas e contribuições	15	13	470	12.918	17.484
Subvenções governamentais	16	-	-	593	593
Receitas diferidas	17	-	-	981	1.359
Adiantamentos de clientes	18	-	-	393	1.315
Obrigações por compra de investimentos	19	-	-	231	4.025
Débitos com partes relacionadas	7	-	-	26.235	44.464
Não circulante		**-**	**-**	**1.175.245**	**1.135.038**
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.067.132	1.026.166
Subvenções governamentais	16	-	-	21.947	22.541
Receitas diferidas	17	-	-	2.131	2.776
Adiantamentos de clientes	18	-	-	-	1
Impostos a recolher	15	-	-	22.085	12.733
Provisão para riscos	21	-	-	6.444	11.564
Obrigações por compra de investimentos	19	-	-	47.986	46.752
Provisão para perda com controladas		-	-	86	57
Débitos com partes relacionadas	7	-	-	6.208	11.222
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	7	-	-	1.026	1.026
Patrimônio líquido		**56.432**	**91.840**	**56.432**	**91.840**
Capital social	22 (a)	1.303.438	1.236.228	1.303.438	1.236.228
Ajuste de avaliação patrimonial	22 (b)	(65.912)	(65.912)	(65.912)	(65.912)
Prejuízos acumulados		(1.181.094)	(1.078.476)	(1.181.094)	(1.078.476)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(11.949)	(5.528)
Total do passivo e patrimônio líquido		**56.638**	**92.366**	**1.316.361**	**1.368.103**

Demonstrações do patrimônio líquido

	Subscrito	Capital A integralizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuível aos acionistas da controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/19	1.236.228	(400)	(65.879)	(574.383)	595.566	5.628	601.194
Capital integralizado	104.428	(58.330)	-	-	46.098	-	46.098
Transações com acionistas não controladores	-	-	(33)	-	(33)	1.155	1.122
Prejuízo do exercício	-	-	-	(503.493)	(503.493)	(42.531)	(546.024)
Saldos em 31/12/20	**1.294.958**	**(58.730)**	**(65.912)**	**(1.078.476)**	**91.840**	**(5.528)**	**86.312**
Capital integralizado	8.880	58.330	-	-	67.210	-	67.210
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	3.911	3.911
Prejuízo do exercício	-	-	-	(102.618)	(102.618)	(10.332)	(112.950)
Saldos em 31/12/21	**1.303.838**	**(400)**	**(65.912)**	**(1.181.094)**	**56.432**	**(11.949)**	**44.483**

Demonstrações do resultados

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita líquida	**23**	-	-	**86.064**	**65.715**
Custos dos aluguéis		-	-	-	-
Lucro bruto operacional	**24**	-	-	**(76.350)**	**(92.441)**
Resultado bruto		-	-	**9.714**	**(26.726)**
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas comerciais, gerais e administrativas	24	(993)	(18.631)	(44.139)	(37.658)
Outras receitas (receitas) operacionais, líquidas	25	-	4	29.353	(3.457)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(101.735)	(485.376)	73	51
Resultado operacional		**(102.728)**	**(504.003)**	**(4.999)**	**(387.790)**
Resultado financeiro	**26**	**75**	**543**	**(105.014)**	**(122.697)**
Receitas financeiras		-	-	10.764	10.764
Despesas financeiras		-	-	(115.778)	(133.461)
Prejuízo do exercício		**(102.620)**	**(503.493)**	**(112.952)**	**(546.024)**
Resultado atribuível aos acionistas:					
Controladores				(102.620)	(503.493)
Não controladores				(10.332)	(42.531)
				(112.952)	**(546.024)**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo do exercício	**(102.620)**	**(503.493)**	**(112.952)**	**(546.024)**
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**(102.620)**	**(503.493)**	**(112.952)**	**(546.024)**
Resultado atribuível aos acionistas:				
Controladores			(102.620)	(503.493)
Não controladores			(10.332)	(42.531)
			(112.952)	**(546.024)**

Patria Special Opportunities II - FIP é o seu maior acionista, detendo 34,29% das ações. Em 2011, a Companhia adquiriu 89,58% das ações da empresa Tenco Shopping Centers S.A., e Controladas ("Tenco") que tem a maior parte de seu ativo localizado no Estado de Minas Gerais. Desde a referida aquisição, a Companhia vem investindo significativo montante de recursos na Tenco, o que resultou em novos aumentos de capital até o atual percentual de 98,97%. A Companhia e suas controladas preparam e apresentam as Demonstrações Financeiras Intermediárias consolidadas, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R3) - Demonstração Intermediária, e as demais Demonstrações Financeiras, em conformidade com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários, inclusive shopping centers; e (iii) a realização de estudos e projetos na área de engenharia e construção civil. Desse modo, a Companhia desenvolve, gerencia, comercializa e administra 13 shopping centers em todo o Brasil. **1.1.** Informações Sociais Relevantes e Controladas: A seguir, apresentamos as controladas, controladas em conjunto e coligadas nas quais a Companhia detém participação direta e indireta, em 31/12/2021 e 2020:

Empreendimento	Sigla	Localização	% de Participação em 2021	2020
Tenco Shopping Centers S.A.	Tenco	Belo Horizonte/MG	98,97%	97,44%
Amapá Garden Shopping S.A.	AGS	Macapá/AP	100,00%	100,00%
Amapá Garden Estacionamento e Eventos Ltda (ii)	EAGS	Macapá/AP	100,00%	100,00%
Anchieta Garden Estacionamento e Eventos Ltda.	EANC	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
Cariri Participações Ltda. (i)	CSC	Juazeiro do Norte/CE	-	100,00%
Carirí Empreendedor (i)	CRR	Juazeiro do Norte/CE	-	23,33%
Estacionamento do Carirí Shopping Ltda.(i)	ECARI	Juazeiro do Norte/CE	-	23,33%
Lages Shopping Center S.A.	LSS	Lages/SC	89,46%	89,46%
Lages Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	ELGS	Lages/SC	100,00%	100,00%
Metropolitan Garden Empreendimentos e Participações S.A. (vi)	MGS	Belém/MG	6,65%	6,65%
Pátio Arapiraca S.A. (v)	ARA	Arapiraca/AL	88,00%	88,00%
Pátio Arapiraca Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	EARA	Arapiraca/AL	100,00%	100,00%
Partner Participações em Shopping Centers Ltda.	PARTNER	Maceió/AL	100,00%	100,00%
RVG-2 Locações e Participações Ltda.	RVG2	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TB Manutenção de Equipamentos e Energia Ltda.	TBI	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
T-Brands Comercialização de Imóveis Ltda. (vii)	T-Brands	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TJ Shopping Center S.A.	TJS	Itaquaquecetuba/SP	73,52%	73,52%
TSC Itaquá Shopping Center S.A. (iii)	ITQ	Itaquaquecetuba/SP	80,00%	80,00%
Itaquá Garden Estacionamento e Eventos Ltda	EITQ	Itaquaquecetuba/SP	100,00%	100,00%
TSC Bragança Paulista Shopping S.A.	BRG	Bragança Paulista/SP	100,00%	100,00%
TSC Cinema Roraima Ltda.	RRMCINE	Boa Vista/RR	100,00%	100,00%
TSC Doze Shopping Center S.A.	TSC 12	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TSC Dezessete Shopping Center S.A.	TSC 16	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TSC Garanhuns Shopping Center S.A. (vii)	GRN	Garanhuns/PE	74,93%	74,93%
TSC Investimentos S.A.	TSC 7	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TSC Jaraguá do Sul Garden Shopping S.A.	JRS	Jaraguá do Sul/SC	100,00%	100,00%
Jaraguá do Sul Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	EJRS	Jaraguá do Sul/SC	100,00%	100,00%
TSC Juazeiro Shopping Center S.A.	JUA	Juazeiro/BA	99,46%	99,46%
Juazeiro Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	EJUA	Juazeiro/BA	100,00%	100,00%
TSC Nove Shopping Center S.A.	TSC 9	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
Bragança Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	EBRG	Bragança Paulista/SP	100,00%	100,00%
TSC Oeste Shopping Center S.A.	TSC 11	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TSC Quatorze Shopping Center S.A.	TSC 14	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TSC Roraima Shopping S.A.	RRM	Boa Vista/RR	100,00%	100,00%
Roraima Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	ERRM	Boa Vista/RR	100,00%	100,00%
TSC Treze Shopping Center S.A.	TSC 13	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TSC Vila Café Shopping S.A.	VCF	Varginha/MG	90,00%	90,00%
Vila Café Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	EVCF	Varginha/MG	66,67%	66,67%
Vega Shopping Center S.A.	VSV	Taubaté/SP	100,00%	100,00%
Vila Vale Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	EVVS	Taubaté/SP	100,00%	100,00%

(i) Em abril/2021 a Tenco alienou a totalidade das suas quotas da Carirí Participações (Controlada), sendo o Carirí Empreendedor um controle em conjunto (joint operations) e o Estacionamento do Carirí Shopping Ltda um controle indireto por meio da participação no empreendimento CRR. (ii) Estacionamentos com controle indireto por meio de controladas nos empreendimentos: AGS, ARA, BRG, ITQ, JRS, JUA, LGS, RRM, VCF e VVS. (iii) Controlada indireta por meio da participação parcial na TJS. (iv) Participação direta de 74,88% e indireta de 25,12% por meio da participação da empresa RVG-2 na controlada AGS. (v) Participação direta de 50% e indireta de 38% por meio da participação da empresa PARTNER na controlada ARA. (vi) Investimento não consolidado e registrado a custo uma vez que a Companhia não possui controle direto ou indireto na investida. (vii) Investimentos que foram descontinuadas durante a fase de implementação. Em 2021, houve a rescisão contratual da administração dos dois shoppings de terceiros: DF Plaza Ltda. e Aparecida Shopping S.A. Em 2021, a Companhia não inaugurou nem assumiu a administração de novos empreendimentos. Em abril/2021, o Tenco Shopping Centers S.A. alienou a totalidade de suas quotas na Carirí Participações Ltda, inicialmente correspondente a 23,33% do empreendimento "Carirí Shopping", pelo valor de R$ 41.770, com a liquidação à vista da seguinte forma: R$ 21.341 através de compensação contra crédito detido pelos compradores contra a vendedora; R$12.762 pago pelos compradores, por conta e ordem da vendedora, junto ao Mauá, a título de resgate antecipado facultativo mediante o cancelamento das debêntures emitidas pela Companhia e R$ 7.667 pago diretamente para a Companhia na data do fechamento. Estão das operações, planos e perspectivas futuras do negócio: Desde 2011 a Tenco realizou investimentos para aquisições de um shopping e construção e expansão de onze, culminando em ABL (Area Bruta Locável) de 359.169 metros quadrados (informação não auditada). Em 31/12/21, a Tenco ainda se encontrava em processo de maturação e consolidação das operações dos shoppings e de renegociação das dívidas correntes visando o ajuste de caixa e garantir a continuidade das suas operações. Devido o cenário de baixo crescimento econômico que o país atravessa nos últimos anos, e ainda com os impactos causados pela pandemia Covid-19, inclusive, acarretando em retração no comércio, a Tenco tem implementado iniciativas operacionais e financeiras com o objetivo de equilibrar sua situação financeira e o crescimento do negócio. As estratégias foram direcionadas para o aumento da ocupação, a gestão e redução de custos, a equalização de passivos financeiros, a diversificação de novas fontes de receita e a reestruturação de seus empréstimos. Em relação ao ano de 2021, em razão da pandemia causada pela COVID-19, várias medidas restritivas foram adotadas pelos governos e/ou pelas autoridades, que impuseram, de forma mais impactante direta ou indiretamente as atividades da Companhia. Como consequência da crise sanitária e das restrições impostas ao funcionamento das atividades comerciais e recreativas por determinação emanada do poder público, os shoppings tiveram limitações no funcionamento de maneira principalmente no primeiro semestre de 2021, em razão de protocolos sanitários por decretos municipais, que se enfrentar a segunda onda do COVID-19. Na data de emissão deste demonstrações financeiras, todos os shoppings já tinham retomado suas operações, mesmo que com restrições no que diz respeito ao horário e/ou dias de funcionamento e/ou quantidade de pessoas que caracterizam aglomeração (eventos, entretenimento infantil, dentre outras). Incertezas relevante relacionada com a continuidade operacional: Em 31/12/21, a Companhia apresentou prejuízos acumulados de R$ 1.181.094 (R$1.078.476 em 2020), assim como apresentou prejuízo consolidado de R$ 112.952 (R$ 546.024 em 2020). A pandemia de Covid trata-se de uma situação de grande complexidade, inédita e sem precedentes. Desde forma, a interrupção temporária das atividades, bem como a retomada de forma gradual do fluxo de visitantes após a reabertura dos shoppings, impactou negativamente as receitas. No período findo em 31/12/21, comparado com 9º exercício anterior, observamos um crescimento de 31% na receita líquida. Resultado de frente de trabalho desenvolvida em 2021 intensificando as ações para maximização de receitas, melhorando a gestão dos contratos financeiros, com foco no crescimento da ocupação dos shoppings. Os efeitos da pandemia produziram impactos relevantes no processo de caixa para os próximos meses, o que representa um cenário de incerteza significativa quanto à continuidade operacional das operações da Companhia. Com o objetivo de diminuir esses efeitos negativos advindos da crise da Covid-19, a Administração da Tenco adotou diversas medidas orientadas à contenção de custos e preservação do seu fluxo de caixa. Dentre elas, ocorreu a reestruturação da Companhia, redução dos custos condominiais e IPTU referente e mesmo durante a retomada de atividade de shopping e renegociação de escopo e postergação de pagamentos junto aos fornecedores. As medidas acima mencionadas visam preservar o resultado operacional, mas foram insuficientes para a cobertura das despesas financeiras e para o suprimento das necessidades de caixa não operacionais. Dessa maneira, no que diz respeito às dívidas financeiras, a Companhia renegociou, em caráter emergencial, suas dívidas com seus principais credores, obtendo postergações dos pagamentos de principal e juros (vide nota 13). Importante destacar que a Tenco não descumpriu qualquer obrigação financeira e/ou não financeira, mantendo-se ativa, bem como que todas as postergações têm sido acordadas com os respectivos credores. Adicionalmente, considerando a necessidade de recursos para assegurar a liquidez de suas operações, a Companhia recebeu aportes de capital adicionais de seus investidores ao longo do 2021, conforme indicado na nota 22. Não obstante os ajustes na posição financeira e de liquidez para os próximos 12 meses, a retomada das operações aos níveis apurados no início de 2020 e previstos antes da pandemia é essencial para que a Companhia possa continuar seu negócio. No entanto, o retorno das operações a estes patamares depende da evolução do fluxo que está fora do seu controle, conforme descrito abaixo: • Retorno do fluxo de visitantes nos empreendimentos; • Retirada das restrições de horário e regras de funcionamento para alguns segmentos de atividade determinadas pelos órgãos públicos; No caso da combinação necessária dos eventos acima não ocorrer como consequência do agravamento dos efeitos da pandemia de Covid-19 e de impactos nas atividades de funcionamento, a Companhia pode não ser capaz realizar seus ativos e cumprir suas obrigações no curso normal dos negócios, o que representa um comprometimento de incerteza significativa quanto à sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras não incluem ajustes que resultariam se a Companhia, eventualmente não puder continuar operando. Aprovação das demonstrações financeiras: A emissão desses demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 31/3/22.

2. Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforto as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo as práticas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de preço, ajustado por ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Ajustes áreas que requerem maior nível de julgamento, de maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** A principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **3.1.** Bases de consolidação e investimentos em controladas e controlada em conjunto: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, de suas controladas e controlada em conjunto, do quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são preparadas para o mesmo período de relatório das empresas estabelecidas pelo Grupo. Todos os saldos, transações, receitas, custos e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados quando das demonstrações financeiras consolidadas. Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes: Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das contraprestações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Transações com participações de não controladoras: O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladas, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Reserva de transações com não controladores". Perda de controle em controlada: Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **3.2.** Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos das demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **3.3.** Apuração do resultado: As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência, sendo reconhecidos quando incorridos. **3.4.** Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **3.5.** Contas a receber de clientes: Incluem os aluguéis a receber, bem como as taxas de administração e de cessão de direitos de uso (CDU) dos lojistas de shopping centers. São reconhecidos pelos valores históricos, já deduzidos das respectivas provisões para créditos de realização duvidosa (*impairment*). Os valores de aluguéis a receber são ajustados a valor presente quando no período de maturação se for superior a 360 dias, a Companhia avalia o valor presente deste direito de recebimento de forma linear, com base no período de maturação dos aluguéis a receber e dos seus em consideração o ciclo operacional e comercial do negócio e está em linha com as regras definidas no CPC 48 (IFRS 9) para a determinação da perda de crédito. Segundo a norma, existe uma presunção refutável de que o risco de crédito de ativos financeiros aumenta significativamente quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias. Por conta disso, a Companhia classifica todos os lojistas conforme o título vencido mais antigo em uma matriz de provisão de perdas que foi definida com base em: • Taxas de inadimplência histórias sobre a vida esperada de contas a receber; • Ajuste das estimativas para o futuro ("*forward-looking*"), conforme variação prevista nas taxas de juros e/ou variação do índice de preços ao consumidor (IPCA) que é o índice que melhor lojista será definida considerando o fluto que apresentar maior risco (vencido há maior tempo), após 180 dias. **3.6.** Propriedades para investimentos: São compostos por terrenos mantidos para obter renda com aluguéis (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são registrados diretamente no resultado quando incorridos e custos a esses itens forem prováveis e os valores foram mensurados de forma confiável, enquanto de demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. As edificações e benfeitorias classificadas como propriedades para investimento são mensuradas pelo seu custo de reconhecimento inicial deduzido da depreciação e das perdas por *impairment*. Os ativos, **3.7.** Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de qualquer ganhos ou perdas. Os benefícios futuros econômicos associados a esses ativos são provavelmente fluirão para a Companhia e o custo do item pode ser mensurado de forma confiável. Os gastos e as despesas com manutenção e reparo são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. O valor contábil de um item é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os gastos e as despesas com manutenção e reparo são registrados pela companhia como valores de vendas com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **3.8.** Intangível: Este registrado pelo custo de aquisição ou de formação, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são reconhecidos pelos valores de custo de aquisição e/ou desenvolvimento, menos os efeitos estruturais e capitalizados, bem como custos de comercialização. A amortização é calculada usando o método linear ao longo da vida útil estimada para cada ativo, considerando o prazo médio de 5 anos. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e são submetidos a teste anual de perda de seu valor recuperável. Ágio: O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excedente da contraprestação paga em relação ao valor da participação de não controladores na adquirida, e (ii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação anteriormente detida na empresa adquirida. Para fins de teste de determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Excesso como relação a seus valores contábeis. **3.9.** Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na ausência de redução ao valor, líquido de que a reversão não tenha sido registrada. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que deverão se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de possível reversão da perda do *impairment*. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A Companhia, suas controladas e as controladas em conjunto reconhecem os impostos diferidos se houver expectativa de realização com base na projeção de lucros tributáveis futuros, conforme previsto pela Instrução Técnica CPC 32. **3.11.** Dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações financeiras no fim do período, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório ainda não tenha sido provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. **3.12.** Custos de empréstimos: Os custos de empréstimos são basicamente os custos de construção e expansão de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para seu uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos. Estes custos referem aos encargos financeiros de empréstimos e financiamentos relacionados à construção e expansão dos empreendimentos são apresentados na rubrica "Propriedades para investimento". Os custos de empréstimos não incorridos no processo de capitação de recursos por meio da contratação de empréstimos ou financiamentos ou pela emissão de títulos de dívida, são reconhecidos como despesas financeiras no período em que ocorrem. **3.13.** Subvenções governamentais: As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Mais especificamente, as subvenções governamentais cuja principal condição consiste na compra, construção ou aquisição de ativos não circulantes pelo Grupo são reconhecidas como receita diferida no balanço patrimonial e transferidas para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos correspondentes ativos. A Tenco obteve terrenos para a construção dos shoppings VVS e ARA (Nota 16). **3.14.** Provisão para contingências: As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cível e tributárias) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor mais provável ou pela melhor estimativa do montante a ser desembolsado para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados a essa obrigação. Quando há uma expectativa de que parte ou todos os dispêndios necessários para liquidar a obrigação sejam ressarcidos por outra parte, o ressarcimento é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando for praticamente certo o seu recebimento. Os valores a receber de seguradoras são reconhecidos como ativos quando forem praticamente certos

>>>

10. Imobilizado:

	Taxas anuais de depreciação %	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual aquisição	Custo de aquisição 2019
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	7.834	(1.892)	5.942	6.262
Aparelhos de ar condicionado	4%	40.520	(7.623)	32.897	34.518
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	3.974	(2.592)	1.382	1.765
Móveis e utensílios	10%	2.994	(1.930)	1.064	1.055
Computadores e periféricos	20%	3.099	(3.094)	5	23
Instalações comerciais	10%	669	(167)	502	510
Imobilizado em andamento		8.099		8.099	9.621
Veículos	20%	235	(235)	-	-
Impairment		(4.820)	-	(4.820)	(4.820)
Total		**62.604**	**(17.560)**	**45.044**	**48.926**

	Taxas anuais de depreciação %	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor residual aquisição	Custo de aquisição 2019
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	7.834	(1.572)	6.262	6.580
Aparelhos de ar condicionado	4%	40.520	(6.002)	34.518	36.144
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	3.974	(2.209)	1.765	2.149
Móveis e utensílios	10%	2.994	(1.939)	1.055	1.150
Computadores e periféricos	20%	3.102	(3.079)	23	255
Instalações comerciais	10%	669	(167)	502	570
Imobilizado em andamento		9.621		9.621	9.777
Veículos	20%	235	(235)	-	-
Impairment		(4.820)	-	(4.820)	-
Total		**63.885**	**(14.959)**	**48.926**	**56.597**

A movimentação no exercício é como segue:

	2019	Adições	Baixas	Impairment	Depreciação	2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6.580	13	-	-	(331)	6.262	-	-	-	(320)	5.942
Aparelhos de ar condicionado	36.144	-	-	-	(1.631)	34.518	-	-	-	(1.621)	32.897
Máquinas, equipamentos e instalações	2.149	1	-	-	(385)	1.765	-	-	-	(383)	1.382
Móveis e utensílios	1.150	147	-	-	(242)	1.055	32	-	222	(245)	1.064
Computadores e periféricos	255	3	-	-	(235)	23	-	-	-	(18)	5
Instalações comerciais	533	-	(4)	-	(27)	502	-	-	-	(27)	475
Imobilizado em andamento	9.777	-	(156)	-	-	9.621	-	(1.300)	(222)	-	8.099
Veículos	9	-	-	-	(9)	-	-	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	(4.820)	-	(4.820)	-	-	-	-	(4.820)
Total	**56.597**	**169**	**(160)**	**(4.820)**	**(2.860)**	**48.926**	**32**	**(1.300)**	-	**(2.614)**	**45.044**

A Administração entende que as taxas de depreciação atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil dos ativos. O Grupo monitora os aspectos obsoletismo pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e IAS 36 e avalia os valores recuperáveis de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado por seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

11. Intangível:

Taxas anuais de amortização %	2021	2020
Ágio (a)	5.207	65.645
Marcas e patentes	-	70
Licenças	20%	1.892
Desenvolvimento estrutural	20%	4.115
Capitalização de ativos em desenvolvimento	20%	1.645
Custos de comercialização (i)	(*)	10.536
(-) Amortização acumulada		(11.935)
(-) *Impairment*		(62.170)
Total		**11.377**

	2019	Adições	Impairment	Amortizações	2020	Adições	Baixas	Amortizações	2021
Ágio	65.645	-	(60.438)	-	5.207	-	-	-	5.207
Marcas e patentes	70	-	-	-	70	-	-	(50)	20
Licenças	38	-	-	(21)	17	-	-	(13)	4
Desenvolvimento estrutural	910	-	-	(105)	805	-	-	(115)	690
Custo de comercialização (i)	8.062	1.572	-	(1.736)	7.898	365	(855)	(1.952)	5.456
Total	**74.725**	**1.572**	**(60.438)**	**(1.862)**	**13.997**	**365**	**(855)**	**(2.130)**	**11.377**

(i) Os custos de comercialização referem-se a gastos diretos iniciais incorridos quando da captação de novos contratos de arrendamento mercantil. A apropriação ao resultado ocorre de acordo com o prazo do contrato de aluguel. O prazo médio de amortização pode variar entre 5 e 10 anos. (ii) Em 2020 foi realizada baixa por *impairment* do ágio relativos aos investimentos LGS, VVS, AGS, ARA e Renco no montante de R$43.373 e na Renco, no montante de R$17.065. Ágio: Os ágios fundamentam-se pela rentabilidade futura dos ativos mensurados adquiridos pela Tenco. Os ágios não possuem vida útil determinável e, por este motivo, não são amortizáveis. A Companhia realiza o teste de recuperabilidade pelo menos anualmente para fins de *impairment*. O teste de *impairment* para avaliação do ágio foi feito considerando o fluxo de caixa projetado dos shoppings que apresentam ágio quando da sua formação. A Companhia, baseada nos testes de *impairment* realizados no exercício de 2020, efetuou a provisão para redução ao valor recuperável dos ágios relativos aos investimentos LGS, VVS, AGS, ARA e Renco nos valores de R$5.145, R$6.696, R$12.512, R$19.020 e R$17.065, respectivamente. As premissas utilizadas na determinação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa encontram-se discriminadas na nota 9.

12. Fornecedores:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fornecedores de serviços	193	56	26.540	28.765
Adiantamentos contratuais	-	-	209	209
Supplier card	-	-	1.221	1.173
Outros contas a pagar	-	-	3.270	2.419
Total	**193**	**56**	**31.240**	**32.566**

13. Empréstimos e financiamentos: a) Empréstimos bancários:

Instituição	Shopping	Natureza	Taxa de juros %	Consolidado 2021	Consolidado 2020
BNB	CSC	FNE	2,94% a.a.	-	7.242
BNB	ARA	FNE	2,94% a.a.	39.158	39.355
BNB	JUA	FNE	6,48% a.a.	66.101	72.289
BNB	JUA	FNE	5,3% a.a.	1.246	1.540
Banco Bradesco S.A	LGS	Instrumento Particular de Crédito	TR + 2,8% a.a. + poupança	103.351	97.911
Banco Bradesco S.A	VCF	Instrumento Particular de Crédito	TR + 2,8% a.a. + poupança	139.448	131.253
Banco Bradesco S.A	BIRG	Instrumento Particular de Crédito	TR + 2,8% a.a. + poupança	143.145	135.600
Banco Bradesco S.A	VVS	Instrumento Particular de Crédito	TR + 2,8% a.a. + poupança	146.463	137.595
Banco Bradesco S.A	ITQ	Instrumento Particular de Crédito	TR + 2,8% a.a. + poupança	152.524	143.248
Banco Bradesco S.A	Tenco	Conta Garantida	-	-	2.163
Banco Bradesco S.A	RRM	Finame	5,6% a.a.	-	-
Banco Itaú S.A - Habitasec	JRS	Direito Imobiliário	6% a.a. + IPCA	96.027	85.334
Mauá Capital	Tenco	Debêntures	12% a.a. + IPCA	-	13.279
BASA	RRM	FNO	4,12% a.a.	71.208	68.352
BASA	AGS	FNO	4,12% a.a.	45.737	43.902
Total				**1.004.408**	**979.265**
Outros financiamentos com terceiros					
Administradora de estacionamento		Cessão de Crédito	13,5% a.a.	80.280	80.417
Red Performance FIDC		Cessão de Crédito	21,98%	3.449	5.295
Total				**83.729**	**85.712**
Total de empréstimos e financiamentos				**1.088.137**	**1.064.977**
Circulante				21.005	18.811
Não circulante				1.067.132	1.026.166
Total de empréstimos e financiamentos				**1.088.137**	**1.064.977**

Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB): A controlada "CSC" contratou linha de financiamento no montante de R$14.292 junto ao Banco do Nordeste do Brasil, com taxa de juros de 2,94% e 15% de bônus de adimplência. Como garantia foi dada a totalidade do imóvel do empreendimento e sua estrutura interna. Para este financiamento foi emitida cédula de crédito comercial por Predialle Empreendimentos e Participações Ltda, MR Empreendimentos e Participações Ltda. e Empabe - Empresa Patrimonial de Bens S.A. em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A. + "CSC", em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A., com vencimento em 14/12/24, no montante de R$61.260. Com base neste instrumento financeiro, a responsabilidade sobre a dívida da "CSC" e dos demais sócios do empreendimento Carlri Garden Shopping está mensurada de acordo com a participação de cada investidor no empreendimento. Em 31 de dezembro de 2020 a participação da "CSC" no empreendimento é de 23,33% e o saldo da dívida nesta data é de R$7.442, ressalvando que a amortização da dívida, iniciou em 14/1/15. Em 2021, com a alienação da "CSC", essa dívida deixou de ser registrada pela Tenco. A controlada "ARA" contratou linha de financiamento no montante de R$71.890 com taxa de juros de 2,94% ao ano (sem indexadores adicionais), com mais 15% de bônus de adimplência, repactuando automaticamente a referida taxa para 2,50% ao ano. Como garantia a controlada contratou fiança bancária no montante de R$71.890 com taxa de juros de 2,94% ao ano (sem indexadores adicionais), com mais 15% de bônus de adimplência. Como garantia a controlada contratou fiança bancária com instituição financeira de primeira linha. Em novembro de 2018, o contrato foi renegociado alterando o vencimento final da dívida para 2030, com novembro e janeiro de carência de 120 prestações, carência de pagamento de principal até novembro/2020 e pagamento de juros trimestrais. Em razão da Resolução nº 4.798/2020 do BACEN, que suspendeu as parcelas vencidas e vincendas até 31 de dezembro de 2020, foi concedida uma carência das parcelas de principal e juros de março a dezembro/2020 para os financiamentos da CSC, JUA e ARA. Em 2021 a Resolução nº 4.908/2021 do CMN, concedeu carência das parcelas de principal e juros até dezembro de 2021 para os financiamentos de JUA e ARA. Em 25/11/21, a Sociedade realizou uma amortização extraordinária deste empréstimo relativo a JUA, atendendo o saldo devedor da dívida no valor de R$20 milhões. A amortização foi realizada mediante liquidação do valor do principal e juros parcelados e antecipação de vencimento das

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1002850-46.2016.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Vivien Lybrunna Cattapreta na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) Espólos de HUMBERTO LUIZ REIS COSTA (ou HUMBERTO REIS COSTA) e de MARIA REIS COSTA, rep. por SEBASTIÃO JOÃO MENDES e inventariante Dra Simone Corrêa Marques de Lima, ríus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Zaquel Alves de Oliveira ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, com declaração de domínio sobre Rua Benito Silveira n.º 137, Jardim Sapopemba, São Paulo-SP, CEP: 03929-280, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supostos réus para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **19,20**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1017314-65.2021.8.26.0053** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 24ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Claudio Antonio Marquesi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) proprietário legal do veículo, réus incertos, desconhecidos e eventuais interessados, que RODRIGO VUONO DE BRITO ajuizou ação de Usucapião, objetivando o veículo imp/PACKARD ano 1946 modelo 1946 chassi 680944 motor F502590 por creta. Alega o autor estar na posse do Veículo de Terceiro mansa e pacífica ha mais de 31 anos. Nesta condições requer a procedência para citação da supracitada, para que em 15 dias a fluir do prazo supra, conteste o feito, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de setembro de 2021. **19,20**

ABANDONO DE EMPREGO

A empresa **PERFORM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI** solicita o comparecimento do **Sr. AILTO SILVA AMARAL**, CTPS 4972584 série 030-BA, no prazo de 3 dias úteis. O seu não comparecimento caracterizará o **ABANDONO DE EMPREGO**, conforme artigo 482, Letra I, da CLT.

19 - 20 e 21/04

FBS Construção Civil e Pavimentação S.A.

CNPJ/MF nº 66.806.555/0001-33

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2021 E 2020 - R$ (1)

ATIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE		**448.597.692**	**382.623.038**
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.098.704	70.567.892
Contas a receber de clientes	5	303.325.583	223.277.404
Estoques	6	1.230.787	1.333.881
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.509.209	5.100.227
Partes relacionadas	8	332.191	-
Participação em consórcio	9	63.475.127	49.976.636
Outras contas a receber	8 e10	31.626.091	32.366.998
NÃO CIRCULANTE		**40.962.579**	**38.588.733**
Realizável a longo prazo		**14.801.099**	**15.610.012**
Depósito judicial	11	913.925	978.578
Partes relacionadas	8	6.790.873	6.790.873
Outras contas a receber	10	7.096.301	7.840.561
Investimentos	12	**17.934.281**	**16.036.826**
Imobilizado	13	**8.309.650**	**6.135.010**
Intangível	14	**817.549**	**806.887**
TOTAL DO ATIVO		**489.560.271**	**421.211.771**

PASSIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE		**109.307.962**	**107.853.675**
Fornecedores	8 e 15	26.644.953	41.568.072
Empréstimos e financiamentos	16	19.415.995	7.043.489
Obrigações trabalhistas	17	5.334.764	8.609.401
Obrigações tributárias	18	34.644.845	40.631.296
Outras contas a pagar	8 e 19	23.267.405	10.001.138
NÃO CIRCULANTE		**62.545.512**	**52.336.670**
Empréstimos e financiamentos	16	48.454.529	32.373.008
Obrigações trabalhistas	17	479.179	569.590
Obrigações tributárias	18	33.573.576	19.063.884
Outras contas a pagar	19	38.228	230.188
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**297.706.797**	**261.119.428**
Capital social	21.a	45.252.000	45.252.000
Reservas de capital	21.b	82.477.356	82.091.470
Reservas de lucros	21.c	168.977.441	133.775.958
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**489.560.271**	**421.211.773**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 - R$ (1)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	22	**318.031.660**	**392.448.128**
CUSTOS DAS VENDAS	23	(240.813.704)	(340.366.206)
RESULTADO BRUTO		**68.217.976**	**52.081.922**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(23.760.774)**	**(18.634.539)**
Despesas com vendas	23	(2.054.130)	(1.251.815)
Despesas gerais e administrativas	23	(14.355.633)	(9.475.536)
Despesas tributárias	23	(208.403)	(389.620)
Despesas com o pessoal	23	(8.156.761)	(6.255.154)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	1.014.153	737.586
Resultado de equivalência patrimonial	12.c	**(432.000)**	**(1.259.907)**
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**44.025.202**	**32.187.476**
RESULTADO FINANCEIRO		**(8.623.719)**	**(5.287.536)**
Receitas financeiras	25	693.859	1.374.429
Despesas financeiras	26	(9.517.578)	(6.661.959)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**35.201.483**	**26.899.940**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**-**	**(1.413.331)**
Corrente	27	-	(1.413.331)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**35.201.483**	**25.486.615**
- Por ação do capital social final		**0,77790**	**0,56322**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 - R$ (1)

	2021	2020
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**35.201.483**	**25.486.615**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	**-**	**-**
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	**35.201.483**	**25.486.615**

- Movimentação dos investimentos:

	2021				
Investidas	**Saldos em 31/12/2020**	**Aporte**	**Dividendos**	**Equivalência patrimonial**	**Saldos em 31/12/2021**
MGM Locações Ltda.	800	-	-	-	800
Viapav Construções SPE Ltda.	1.413.775	-	(555.000)	(95.606)	763.169
BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S/A.	84.647	-	-	134.423	219.070
Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S/A.	1.484.378	892.245	-	499.599	2.876.222
Via Brasil MT240 Concessionária de Rodovias S/A.	-	1.092.210	-	(78.939)	1.013.271
Via Brasil MT320 Concessionária de Rodovias S/A.	2.029.014	-	-	(1.153.343)	875.671
Consórcio Habita Brasil Ltda	2.653.938	-	-	265.896	2.919.834
Total	**7.666.552**	**1.984.455**	**(555.000)**	**(427.970)**	**8.668.037**

b) Sociedades por conta de participação - As participações e as movimentações em sociedades por conta de participação são representadas a seguir:

				2021	
Sociedade por Conta de Participação	**Tipo de sócia**	**%**	**Saldos em 31/12/2020**	**Equivalência patrimonial**	**Saldos em 31/12/2021**
Panamby Paulista	Participante	8,16	4.093.780	(2.015)	4.091.765
Construbase	Participante	8,16	4.276.484	(2.015)	4.274.469
Total			**8.370.274**	**(4.030)**	**8.366.244**

Nota 13. Imobilizado: A composição do ativo imobilizado é como segue:

	2020									
			Depreciação	Saldos em			Baixas	Transferências	Depreciação	Depreciação	Saldos em
Imobilizado	**Custo**	**acumulada**	**%**	**31/12/2020**	**Aquisições**	**Custo**	**Depreciação acumulada**		**acumulada**	**%**	**31/12/2021**
Máquinas e equipamentos	3.577.217	(2.047.477)	10	1.529.740	100.739	(488.578)	466.928	-	(328.399)	10	(1.908.948)	1.280.430
Móveis e utensílios	970.400	(703.176)	10	267.224	180.377	(147.721)	133.076	-	(68.964)	10	(639.064)	363.992
Veículos	64.801	(8.872)	20	55.929	-	-	-	-	(18.591)	20	(27.463)	46.210
Computadores e periféricos	2.394.330	(1.798.691)	20	595.639	700.276	(18.097)	11.896	-	(267.224)	20	(2.054.019)	1.022.490
Instalações	126.856	(89.420)	10	37.436	9.147	-	-	-	(9.449)	10	(98.869)	37.134
Terrenos	2.287.644	-	-	2.287.644	-	-	-	-	-	-	-	2.287.644
Ferramentas	28.287	(22.689)	10	5.598	-	(15.322)	12.368	-	(1.206)	10	(11.527)	1.438
Benfeitorias em imóveis de terceiros	634.910	(302.444)	-	332.466	522.744	-	-	2.936.846	(521.744)	-	(824.188)	3.270.312
Imobilização em andamento	1.023.334	-	-	1.023.334	1.913.512	-	-	(2.936.846)	-	-	-	7.544
Total	**11.107.779**	**(4.972.769)**		**6.135.010**	**3.426.795**	**(669.718)**	**624.268**		**(1.206.705)**	**(5.555.206)**	**8.309.650**

Nota 14. Intangível:

	2020									
Intangível	**Custo**	**Amortização acumulada**	**%**	**Saldos em 31/12/2020**	**Aquisições**	**Amortização anual**	**%**	**Amortização acumulada**	**Saldos em 31/12/2021**
Licença de software	1.721.285	(914.398)	20	806.887	75.775	(65.113)	20	(979.511)	817.549
Total	**1.721.285**	**(914.398)**	**20**	**806.887**	**75.775**	**(65.113)**	**20**	**(979.511)**	**817.549**

Nota 15. Fornecedores:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	24.881.084	41.568.072
Partes relacionadas	1.763.869	-
Total	**26.644.953**	**41.568.072**

Nota 16. Empréstimos e Financiamentos:

Instituição financeira	**Encargos ao mês**	**Vencimento**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Banco Bradesco S/A.	0,28 + CDI	27/Jan./2023	1.460.523	1.785.078
Banco Bradesco S/A.	0,28 + CDI	27/Jan./2023	13.027.843	13.295.997
Banco Bradesco S/A.	0,28 + CDI	27/Jan./2023	-	2.631.533
Banco Safra S/A.	0,40 + CDI	05/Set./2022	1.092.804	1.711.260
Banco do Brasil S/A.	0,27 + CDI	27/Jan./2023	15.975.853	19.112.094
Banco Safra S/A.	0,40 + CDI	17/Dez./2021	-	884.645
Daycoval Leasing S/A.	0,92 + CDI	29/Dez./2023	235.723	-
Companhia Energética de Fomento do Estado de São Paulo S/A.	0,53 + CDI	15/Jun./2025	22.000.000	-
Banco ABC Brasil S/A.	0,41 + CDI	27/Abr./2023	6.611.111	-
Banco ABC Brasil S/A.			7.466.667	-
Total			**67.870.524**	**39.416.497**
Circulante			19.415.995	7.043.489
Não Circulante			48.454.529	32.373.008
Total			**67.870.524**	**39.416.497**

Nota 17. Obrigações Trabalhistas: Em 31 de Dezembro os saldos desta rubrica estão representados pelos seguintes valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e ordenados	552.360	861.376
INSS (Instituto Nacional de Seguridade Nacional)	800.243	1.995.749
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)	155.306	214.431
Provisão de férias e encargos	3.296.678	4.930.300
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) rescisório a recolher	-	44.229
Parcelamentos trabalhistas	479.179	569.590
Demais obrigações	530.171	462.990
Total	**5.813.943**	**9.179.277**
	31/12/2021	**31/12/2020**
Circulante	5.334.764	8.609.680
Não Circulante	479.179	569.590
Total	**5.813.943**	**9.179.277**

Nota 18. Obrigações Tributárias: Estão representadas por obrigações com o fisco federal e municipal conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
ISS (Imposto sobre Serviços)	3.191.620	2.250.392
PIS (Programa de Integração Social)	1.861.713	2.518.041
COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade social)	9.011.665	11.301.775
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	2.453.150	6.579.848
Reteções de INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social)	1.113.804	192.145
Parcelamentos	44.828.757	25.313.763
Demais obrigações	5.757.712	11.541.436
Total	**68.218.421**	**59.695.180**
Circulante	34.644.845	40.631.296
Não Circulante	33.573.576	19.063.884
Total	**68.218.421**	**59.695.180**

Nota 19. Outras Contas a Pagar:

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de clientes	6.476.950	2.564.625
Partes relacionadas	631.058	-
Outras contas a pagar	16.197.625	7.668.701
Total	**23.305.633**	**10.233.326**
Circulante	23.267.405	10.001.138
Não Circulante	38.228	232.188
Total	**23.305.633**	**10.233.326**

Nota 20. Provisão para Demandas Judiciais: A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Por opção da Administração da Companhia, não foi efetuada a provisão para demandas judiciais.

Nota 21. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 45.252.000 (quarenta e cinco milhões e duzentos e cinquenta e dois mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R$ 45.252.000 (quarenta e cinco milhões e duzentos e cinquenta e dois mil reais).

Acionistas	**Ações**	**%**	**R$**
Turnia Participações Ltda.	44.872.000	99,16	44.872.000
MGM Locações Ltda.	380.000	0,84	380.000
Total	**45.252.000**	**100,00**	**45.252.000**

b) Reservas de Capital: O saldo de reservas de capital foi constituído por aporte de capital por parte de seus acionistas para futuro aumento do capital social e, em 31/12/2021 o montante de R$ 83.477.356 (R$ 82.091.470, em 31/12/2020). **c)** Reservas de lucros: As reservas de lucros são constituídas pela parcela do lucro líquido do exercício após as destinações legais e estatutárias e, são apresentadas a seguir. **c.1)** Reserva legal: A reserva legal foi constituída em períodos anteriores com destinação de 5,00% do lucro líquido do exercício, deixando de constituir novas reservas a partir do exercício de 2019 em decorrência do limite em decorrência do §1º do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/1976, e em 31/12/2021 apresenta o montante de R$ 4.253.872 (R$ 4.253.872, em 31/12/2020). **c.2)** Reservas estatutárias: O resultado acumulado está composto conforme abaixo:

	R$
Saldos em 01/01/2020	**104.035.471**
Lucro do exercício	25.486.615
Saldos 31/12/2020	**129.522.086**
Lucro do exercício	35.201.483
Saldos em 31/12/2021	**164.723.569**

Nota 22. Receita Líquida: A composição da receita líquida das operações está representada pelos seguintes valores:

	31/12/2021	31/12/2020
Prestação de serviços	337.347.183	421.273.113
Deduções	(19.315.523)	(28.824.985)
Total	**318.031.660**	**392.448.128**

Nota 23. Custos e Despesas das Vendas e Serviços:

Por Função	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Custo dos produtos vendidos	249.813.704	340.366.206
Despesas com vendas	2.054.130	1.251.815
Despesas gerais e administrativas	14.355.633	9.475.536
Despesas tributárias	208.403	389.620
Despesas com pessoal	8.156.761	8.255.154
Total	**274.588.631**	**359.738.331**
Por Natureza		
Materiais aplicados	73.209.264	142.773.531
Gastos diretos dos serviços prestados	34.692.141	42.857.841
Mão de obra direta	52.124.611	67.075.871
Mão de obra indireta	7.826.749	8.307.857
Serviços de terceiros	82.620.468	68.018.622
Viagens, hospedagens e locomoção	1.356.803	557.201
Transporte	7.128.112	11.540.047
Aluguéis e condomínios	1.135.199	928.180

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 MÉTODO INDIRETO - R$ (1)

	2021	2020
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	**35.201.483**	**25.486.615**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais - despesas (receitas) que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:		
Depreciação e amortização	1.271.818	482.506
Baixa no imobilizado	45.450	192.548
Baixa no investimento	-	4.404.552
Equivalência patrimonial	432.000	1.259.907
Variação nas contas de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes e outros	(80.048.179)	5.961.346
Estoques	103.094	(658.241)
Impostos e contribuições a recuperar	1.591.018	(1.334.353)
Participação em consórcio	(13.498.491)	(32.324.373)
Outras contas a receber	1.485.167	(20.608.896)
Depósito judicial	64.653	692.183
Fornecedores	(14.923.119)	33.103.161
Obrigações trabalhistas	(3.365.327)	(167.385)
Obrigações tributárias	8.523.241	17.884.902
Outras contas a pagar	13.072.307	3.507.253
CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(50.044.885)**	**37.881.725**
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(3.426.795)	(1.958.419)
Aquisição de intangível	(75.775)	(228.813)
Aquisição nos investimentos	(1.984.455)	-
Recebimento de dividendos de controladas	555.000	-
Partes relacionadas	-	13.804.064
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(4.932.025)**	**11.616.832**
3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e financiamentos, líquidos	28.454.027	(7.413.826)
Partes relacionadas	(332.191)	(21.020.009)
Aporte de capital dos acionistas	1.385.886	37.569.284
CAIXA GERADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**29.507.722**	**9.135.449**
VARIAÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(25.469.188)**	**58.634.006**
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	70.567.892	11.933.886
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	45.098.704	70.567.892

c) Resumo da equivalência patrimonial:

Equivalência patrimonial	**2021**	**2020**
Viapav Construções SPE Ltda.	(95.606)	(715.377)
BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S/A.	134.423	74.819
Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S/A.	499.599	(135.622)
Via Brasil MT240 Concessionária de Rodovias S/A.	(78.939)	-
Via Brasil MT320 Concessionária de Rodovias S/A.	(1.153.343)	(333.486)
Consórcio Habita Brasil Ltda.	265.896	(226.209)
Panamby Paulista	(2.015)	(1.376)
Construbase	(2.015)	77.544
Total	**(432.000)**	**(1.259.907)**

Nota 24. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas:

Outras Receitas	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Ganhos monetários	139.589	704.354
Resultado alienação de imobilizado	677.322	1.247.652
Outras receitas operacionais	283.570	34.686
Total	**1.100.481**	**1.986.692**
Outras Despesas		
Outras despesas operacionais	(85.326)	(192.201)
Perdas em itens monetários	(1.002)	(1.056.905)
Total	**(86.328)**	**(1.249.106)**
Total de outras receitas (despesas) líquidas	**1.014.153**	**737.586**

Nota 25. Receitas Financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Descontos obtidos	300.148	438.464
Juros ativos	153.357	915.433
Outros	240.354	20.532
Total	**693.859**	**1.374.429**

Nota 26. Despesas Financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos financeiros	3.916.552	3.277.593
Juros passivos	4.679.756	2.847.972
Descontos concedidos	20.887	157.471
Multa por atraso de pagamento	90.228	88.942
Demais despesas	809.155	289.981
Total	**9.517.578**	**6.661.959**

Nota 27. Imposto de Renda e Contribuição Social, Corrente:

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica)	-	1.032.861
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)	-	380.470
Total	**-**	**1.413.331**

Nota 28. Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos e de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Atualmente, as dívidas de taxas de juros são prefixadas. Instrumentos financeiros por categoria: A Companhia deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração financeira avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira e para o desempenho.

	2021		2020	
	Ativo a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecimento	**Empréstimos e recebíveis**	**Ativo a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecimento no resultado**	**Empréstimos e recebíveis**
Ativo financeiro				
Caixa e equivalentes de caixa	45.098.704	-	70.567.892	-
Contas a receber de clientes	-	303.325.583	-	223.277.404
Partes relacionadas	-	7.123.064	-	6.790.873
Participação em consórcio	-	63.475.127	-	49.976.636
Outras contas a receber	-	38.722.392	-	40.207.559
Total	**45.098.704**	**412.646.166**	**70.567.892**	**320.252.472**
Passivo financeiro				
Fornecedores	-	26.644.953	-	41.568.072
Empréstimos e financiamentos	-	67.870.524	-	39.416.497
Outras contas a pagar	-	23.305.633	-	10.233.326
Total	**-**	**117.821.110**	**-**	**91.217.895**

Mensuração do valor justo: O valor justo como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos. Determina-se uma hierarquia de três níveis para um valor justo, descrevendo os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos); • Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não mantinha operações com instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2021.

Nota 29. Cobertura de Seguros: Em 31/12/2021 a Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela administração, levando em conta a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Item	**Tipo de cobertura**	**Valor Segurado**
Responsabilidade civil	Danos civis em construção ou execução, instalações e montagem, fornecimento de materiais ou prestação de serviços.	141.712.344
Seguro empresarial	Operações, incluindo objetos pessoais de empregados, clientes e visitantes - clube associações recreativas - fornecimento de comestíveis e bebidas - ações de pessoal de brigada de incêndio - ações do pessoal de segurança, vigilância, limpeza e manutenção dos locais do segurado - eventos promovidos pelo segurado sem cobrança de prêmio para convidados, competições e jogos esportivos - risco contingente, transporte habitual de empregados - despesas de defesa em juízo civil - perdas financeiras e /ou lucros cessantes. Danos morais. Empregador, incluindo extensão ao exterior - poluição súbita. Obras civis e/ou instalação e montagem - extensão da cobertura em operações. Poluição súbita. Prestação de serviços em locais de terceiros. Circulação de veículos terrestre e motorizado. Erro de projeto. Fundações. Responsabilidade civil cruzada.	1.540.000

Nota 30. Evento Subsequente: A rápida e repentina propagação da variante Ômicron da epidemia do novo coronavírus (Covid-19), está causando a paralização de vários setores e produtivos e comerciais. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está sujeita, aguarda-se por parte dos órgãos governamentais medidas econômica, fiscais e sanitárias que visem assegurar o cumprimento e sequência de seus objetivos sociais e estatutários. No setor de atuação da Companhia, tal nosso efeitos relevantes, porém ocorreram suspensões pontuais. A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações contábeis e a data de autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Nota 1. Contexto Operacional: Presente na Engenharia, a **FBS Construção Civil e Pavimentação S.A.** é reconhecida por oferecer serviços de excelente qualidade em diversas áreas do mercado, como pavimentação e urbanização, terraplenagem, fundações, demolições, saneamento, drenagem, e ainda por empreitada ou subempreitada de obras de construção civil de todos os gêneros, a prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação de vias públicas, parques, jardins, pontes, estradas e congêneres, a prestação de engenharia consultiva, operação, manutenção e gerenciamento de equipamentos para construção, locação de equipamentos, transporte rodoviário de cargas, execução e obras de drenagem fluvial, lacustre e marítimo, serviços de armador de dragas e embarcações. Possui um rico portfólio, sendo uma Companhia reconhecida por sua agilidade, qualidade e capacidade de desenvolver soluções completas de Engenharia. Participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, bem como a participação em Consórcios e Sociedade em Conta de Participação (SCP) que tenham por objeto quaisquer das atividades relacionadas às aqui mencionadas.

Nota 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia apresenta todas as informações relevantes das demonstrações contábeis e essas informações correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, em linha com os normativos de orientação contábil emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração aprovou as presentes demonstrações contábeis para divulgação em 31/03/2022. **a.** Estimativas: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e esses refletem o entendimento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a revisão dos custos e receitas decorrentes dos contratos de construção, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de suas recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as análises do risco de crédito para determinação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, registro/reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Nota 3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: Os procedimentos contábeis, descritos em detalhes a seguir, foram aplicados de maneira consistente na apresentação das demonstrações contábeis apuradas em 31/12/2021 e 2020. **a)** Normas novas e pronunciamentos emitidos e ainda não aplicadas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2022, conforme segue: Contratos onerosos - custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1), IAS 37); Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018- 2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4) IAS 16); Referências à estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15/IFRS 3); Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26(R4)/IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8). Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1e IFRS Practice Statement 2); e Definição de Estimativas Contábeis (alteração ao CPC 23/IAS 8). A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. **b)** Classificação entre Circulante e Não Circulante: Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, ou for provável que a realização ocorra em período superior a doze meses são classificados como não circulantes. **c)** Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em R$ (reais), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **d)** Apuração de resultado: As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes, conforme nota explicativa nº 22. A Companhia reconhece as receitas quando os seus valores puderem ser mensurados com segurança, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fluirão. **e)** Caixa e equivalentes de caixa: Incluem aos montantes de caixa, numerários em espécie, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. Equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras automáticas e fundo de renda fixa, registrados ao custo e acrescido dos rendimentos até a data do balanço. **f)** Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de serviços, portanto, apresentadas a valores de realização e ajustadas a valor presente quando aplicável. Estão também incluídos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência do cronograma de execução, cujos valores são

AFN MÁQUINAS E IMPLEMENTOS S.A.

CNPJ/NF Nº 49.911.654/0001-66

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28/04/2022, às 10 horas na sede da Companhia à Rua 15 de Novembro, nº 741/781, Bairro Santo Antônio, na cidade de Itapira-SP, CEP: 13974-903, para deliberar sobre o seguinte: Ordem do Dia (1) Tomar a contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2021, publicadas no "Jornal O Dia - SP", na página 12, nas respectivas edições de 15/19 e 20/04/2022; **(2)** Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício de 2021; **(3)** Deliberar sobre o funcionamento do Conselho Fiscal para o exercício de 2022; **(4)** Fixar a remuneração dos diretores para o exercício de 2022. (15,19,20)

NOGUEIRA PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/NF Nº 46.155.487/0001-82

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2022, às 10 horas na sede da Companhia à Rua 15 de Novembro, nº 741, sobreloja – sala 01, Bairro Santo Antônio, na cidade de Itapira-SP, para deliberar sobre o seguinte: Ordem do Dia (1) Tomar a contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2021, publicadas no "Jornal O Dia - SP", na página 12, nas respectivas edições de 15/19 e 20/04/2022; **(2)** Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício de 2021; **(3)** Deliberar sobre o funcionamento do Conselho Fiscal para o exercício de 2022; **(4)** Fixar a remuneração dos diretores para o exercício de 2022. (15,19,20)

11ª Vara Cível - Foro Central Cível. 11º Ofício. Processo nº 1045407-47.2016.8.26.0100. Este Juízo **FAZ SABER** a **Cynthia de Souza Cohen** e **Jacob Orbelio Marim Cohen**, **domiciliados em local incerto e não sabido**, que foi deferida a penhora do imóvel matrícula nº 125.605 do 14º CRI de São Paulo-SP, a fls. 356/357 dos autos digitais, do qual são coproprietários. Encontrando-se esses em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO**, por EDITAL, para ciência da penhora. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. São Paulo, 08.04.2022. B - 15 e 19

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 1003843-07.2015.8.26.0009 A MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Cristiane Sampaio Alves Massei Bonilha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a WALTER DE AZEVEDO, RG 14457462, CPF 046.077.708-41, que lhe foi proposta ação de Monitória por parte de Credito Direto Brasil S/A, visando ao recebimento da quantia de R$ 109.854,70, representada pelo Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Modalidade BID Crédito Salário, assinado em 04/09/2013, vinculada à agência 6819-5, cujos débitos de saldo devedor não foram adimplidos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da quantia especificada, devidamente atualizada e honorários advocatícios correspondentes a 5% do valor da causa ou apresente embargos monitórios, nos termos do artigo 701 do Código de Processo Civil, sob pena de constituição de título executivo judicial. Não efetuado o pagamento ou apresentado embargos, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de outubro de 2021.

Jesse Reis Leirões - Desde 1993

Edital de Leilão Comercial Eletrônico Único de Bem Imóvel

Eduardo dos Reis e Roberto dos Reis Junior, Leiloeiros Oficiais JUCESP nºs 748 e nº 1048, autorizados pelo proprietário e nos termos da Lei, fazem saber que por meio do sistema gestor de leilões **www.casarreisleiloes.com.br**, levarão a Leilão Eletrônico público para captação de ofertas o bem imóvel adiante descrito,nas datas e condições a seguir. **Leilão Eletrônico Único.** Início: 20 (vinte) de Abril de 2022, 12:00:00 horas. Término: 20 (vinte) de Maio de 2022, 12:00:00 horas. **Bem Oferta Sla Único.** 01 (um) Prédio inscrito na Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo/SP, Matrícula nº 113.030 do 01º CRI de São Bernardo/SP. Inscrição Municipal nº 020.087.030.000. **Das Condições de Apreguação, Venda e Arrematação.** O imóvel será apregoado em lote único e vendido "ad corpus", no estado em que se encontra e o arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que se encontra. A Comitente se responsabiliza pela procedência e evicção de direitos do bem, ficando os Leiloeiros Oficiais isentos de qualquer responsabilidade pela qualidade, vícios ou defeitos ocultos. O **Valor de Venda** do imóvel é de conhecimento exclusivo da Comitente e **permanecerá sob sigilo e somente será revelado se superado em franca disputa.** O imóvel será inicialmente ofertado para captação de lances livres acima do **Valor de Reserva** de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). **O Valor de Reserva não é o valor de venda**, sendo a cifra informada aos interessados antes do leilão como 'Lance Mínimo' e serve como piso para captação inicial de ofertas. Em leilão eletrônico único **todos os lances serão acolhidos como condicionais. Cpreço da arrematação será liquidado à vista. A comissão por Êxito devida aos Leiloeiros será de** no valor de **5% (cincopor cento)** do valor da arrematação, devendo ser **liquidado à vista**. **Da Matrícula**:verifica que figura como titular da propriedade e domínio Administradora de Bens Farias & Farias Ltda., atual denominação de Agropecuária Cascata de Goiás Ltda. **Posse.** Conforme contrato de locação incidente sob o imóvel, o imóvel se encontra locado para fins não residenciais pelo valor mensal R$ 5.366,00 com término previsto para 30 de dezembro de 2024. O Arrematante deverá respeitar os termos e prazo do contrato de locação acima referido. **IPTU**. Pesquisa de 03/03/2022 indica débitos de IPTU no valor de R$ 1.047.286,25 e referentes aos exercícios a partir de 2017, sendo R$ 149.669,32 de 2022, os quais ficarão a cargo do arrematante. **Das informações Finais.** O Arrematante deverá respeitar os termos e prazo do contrato de locação acima referido. Os débitos de IPTU que possam sobre o imóvel ficarão a cargo e responsabilidade do arrematante. Na página de hospedagem do leilão em questão estão disponíveis para download certidões relativas a(o) Comitente e **de caráter meramente ilustrativo,**competindo ao interessado na arrematação do bem obter(ab) a extração das suas expensas das necessárias certidões atualizadas capazes de demonstrar o regular cumprimento econômico-financeiro do(a) vendedor(a). A Comitente se compromete a outorgar a devida Escritura Definitiva de Venda e Compra em até 05 (cinco) dias da data da arrematação. As despesas para a obtenção da propriedade – escritório definitivos dos imóveis, bem como para a lavratura e registro do instrumento de Escritura de Venda e Compra, assim como os emolumentos de tabelionato, registros, I.T.B.I. (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), ou quaisquer outros impostos e taxas existentes ou que venham a ser criados, inclusive se referentes ao Cartório de Registro de Imóveis, correrão por conta exclusiva do respectivo arrematante. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital publicado na forma da Lei. São Paulo, 03 de março de 2022. Eduardo dos Reis e Roberto dos Reis Junior.

CIP S.A.

CNPJ.IME nº 44.393.564/0001-07 - NIRE 3530058278-1

Edital de Convocação - 2ª Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada às 09 Horas do Dia 05 de Maio de 2022

Ficam convocados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das S.A.**") e da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril 2020 ("**IN DREI 79**"), os acionistas da CIP S.A., com sede na Avenida do Café, 277, 5º andar, Torre A, Conj. 501 e Torre B, Conj. 502, 503 e 504, CEP 04311-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.393.564/0001-07 ("**CIP**" ou "**Companhia**"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 05 de maio de 2022, às 09h00 (nove horas), exclusivamente de modo digital, conforme orientações abaixo, por meio da plataforma digital "Microsoft Teams" ("**Plataforma Digital**"), a qual terá como ordem do dia a deliberação acerca da eleição do Sr. Luiz Felipe Figueiredo de Andrade, para o cargo de membro titular do Conselho de Administração e do Sr. Rafael Dias Silva, como respectivo suplente. Orientações gerais: O acionista que desejar participar e votar na Assembleia por meio da Plataforma Digital deverá enviar e-mail para o endereço: **governancaoperativa@cip-bancos.org.br**, preferencialmente, com no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o *link* de acesso ao sistema ("**Solicitação de Acesso**"). A Solicitação de Acesso deverá conter: (i) a identificação completa do acionista, incluindo seu CPF ou CNPJ, e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído, que comparecerá à Assembleia; (ii) telefone e endereço de e-mail do solicitante e/ou do procurador, conforme o caso; e (iii) cópia simples dos documentos necessários para legitimação do acionista, incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas: (a) cópia do último contrato ou estatuto social registrado na junta comercial competente; e (b) da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração) ("**Documentos Necessários**"). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há no máximo de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das S.A., devendo o instrumento de procuração observar o disposto no artigo 654 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**"). As pessoas naturais acionistas da Companhia poderão ser representadas na Assembleia por procuradores constituídos por acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante o previsto no artigo 126, §1º da Lei das S.A. No caso de acionistas pessoas jurídicas, estas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seus respectivos atos societários e/ou dispositivos do Código Civil, sem a necessidade de o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, o acionista enviará ao acionista seu endereço de e-mail para acesso à plataforma digital para participação na Assembleia. Na hipótese de o acionista não receber o *link* (Teams) de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, o acionista deverá entrar em contato com a Governança Corporativa, por meio do e-mail: **governancacorporativa@cip-bancos.org.br** ou telefone (11) 4502-2712 para que seja prestado o suporte necessário. O *link* e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. Na data da Assembleia, o acesso à plataforma digital para participação estará disponível com 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. A participação por meio da Plataforma Digital conjugará áudio e imagem, e os acionistas que optarem por participar desta forma deverão manter as suas câmeras ligadas durante o curso da Assembleia caso queiram o uso da palavra e autenticidade das comunicações. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas digitais para participação da Assembleia e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Orientações para o envio de Boletim de Voto a Distância: Nos termos da ICVM 481, a Companhia disponibiliza, para a reunião o acionista que enviar boletim de voto a distância que tenha sido considerado válido nos termos do presente Edital. O boletim de voto a distância, cujo modelo encontra-se disponível para acesso e impressão no endereço eletrônico: https://www.cip-bancos.org.br/Documentos/Boletim_Voto_Distancia.pdf, deverá ser impresso, preenchido e assinado pelo acionista que desejar participar da assembleia por tal modalidade. O boletim de voto a distância preenchido poderá ser enviado por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de carta, sendo que (a) no caso de e-mail, o acionista deverá enviar cópia digitalizada do boletim de voto a distância, em formato PDF, conjunto com a digitalização dos Documentos Necessários (acima especificados) para o e-mail **governancacorporativa@cip-bancos.org.br**; ou (b) no caso de carta, o acionista deve enviar a via física assinada do boletim de voto a distância em conjunto com os Documentos Necessários (acima mencionados) para a sede da **CIP S.A.** - *Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, São Paulo, SP. At.: Jurídico/Governança Corporativa*. Vale ressaltar que os boletins de voto a distância somente serão recepcionados e considerados válidos os recebidos pela Companhia **até o dia 02 de maio de 2022**, tendo a Companhia, em até 2 (dois) dias do recebimento de cada boletim de voto a distância, que comunicar: (a) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o acionista seja considerado válido; ou (b) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Cada acionista poderá retificar ou reenviar o boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, observado o prazo previsto acima. O envio do boletim de voto a distância não impede o acionista de fazer presente à Assembleia através da Plataforma Digital e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim enviado será desconsiderado. Os documentos necessários para a tomada de decisão por parte dos acionistas encontram-se disponibilizados na sede da Companhia. Por fim, ressalta-se que, como a Assembleia será realizada exclusivamente de modo digital, não haverá a possibilidade de os acionistas comparecerem presencialmente.

São Paulo, 19 de abril de 2022

André Henrique Caldeira Daré - Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

30º SUBDISTRITO IBIRAPUERA

OFICIAL - RODRIGO DINAMARCO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

JOSHUA PATRICK SPIERTS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA FINANCEIRO, NASCIDO EM ROTTERDAM, REINO DOS PAÍSES BAIXOS NO DIA (01/08/1994), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ETIENNE MARIA SWIETBERT SPIERTS E DE ROMANIE HENRICA ANTONIAMARIA HOEUMANS, **GABRIELA FREDIANI PEIXOTO**, ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PROFESSORA, NASCIDA EM SANTOS, SP NO DIA (05/10/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANDRÉ LUIS LACERDA ORTI O E DE CARLA FREDIANI.

DAVID TADEU PANICO, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/08/1974), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO ALBERTO PANICO E DE MARLENE DOS SANTOS PANICO, **ANDREA MARIANA JURSE,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃOADMINISTRADORA, NASCIDA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP NO DIA (06/07/1987), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE FRANCISCO JOSÉ JURSE E DE ARLETE MARIA DAS GRAÇAS JURSE.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

IFIN II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ Nº 40.728.409/0001-43

Comentários sobre o Desempenho da Companhia - Período findo em 31 de dezembro de 2021

Contexto Econômico: O ano de 2021 foi um ano de recuperação na medida que o mercado se adaptou e passou a trabalhar com um cenário de pandemia ocasionada pelo Coronavírus por um período maior que o inicialmente previsto por especialistas e governos. Além dos efeitos das medidas adotadas pela quase totalidade das nações para a contenção da sua disseminação com base na lista apregoada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a pandemia tem provocado uma desaceleração no crescimento global, com queda nos preços das commodities, redução dos fluxos financeiros e comerciais, bem como elevação da volatilidade nos preços dos ativos financeiros, situações que requeserem das autoridades monetárias a adoção de medidas fiscais e monetárias extraordinárias, tais como juntos aos respectivos economias, cujo resultado tendeu a mitigar aperas parcialmente os efeitos observados. No ambiente interno, como decorrência da Pandemia do Coronavírus (COPOM), do BACEN, a pandemia tem afetado a economia brasileira em três frentes: a primeira, decore de um choque de oferta decorrente da paralisação das atividades produtivas de cujo impacto, no Brasil, tenderá a ser minimizado devido a sua pouca integração com as cadeias produtivas mundiais, a segunda, está relacionada a um choque de demanda, que ocorreu como consequência da variação nos preços das commodities e de importantes ativos financeiros, os quais, por sua vez – no curto prazo – tenderá a ser deflacionário, pois tende a deprimir a demanda interna e externa, provenientes das incertezas e das restrições impostas pela pandemia no cenário econômico global. Com uma postura mais aos teros o Banco Central do Brasil (BCB), via Copom, optou por inicia-

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	2021	2020
Ativo circulante		**2.678**	-
Caixa e equivalentes de caixa	4	212	-
Cessão de créditos	5	2.415	-
Contas a receber	6	47	-
Tributos a compensar	7	4	-
Passivo e patrimônio líquido	Notas	2021	2020
Passivo circulante		**2.629**	-
Obrigações por emissão de debêntures		**2.585**	-
Debêntures emitidas	8	2.585	-
Outras Obrigações		**44**	-
Dividendos a pagar	9	16	-
Obrigações fiscais	10	22	-
Passivos com Partes Relacionadas	11	4	-
Fornecedores		2	-
Patrimônio Líquido		**49**	-
Capital social	13.1	1	-
Reserva legal	13.2	-	-
Reserva de lucros		48	-
Total do ativo	**2.678**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**2.678**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2020	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-
Saldos em 01 de janeiro de 2021	-	-	-	-
Integralização de capital social	1	-	-	1
Resultado do período	-	-	64	64
Dividendos obrigatórios a pagar	-	-	(15)	(15)
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1**	-	**49**	**49**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

(Valores em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais e contexto operacional: A IFIN II COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS ("Companhia"), foi constituída em Assembleia de 10 de dezembro de 2020, e é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. A Companhia tem como principais atividades: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de quaisquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites estabelecidos na legislação aplicável; (c) a realização de outros negócios relacionados aos créditos securitizados e a prestação de serviços de administração, inclusive relacionada às operações de securitização de créditos lastreados. **2. Bases de preparação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vigentes na data base. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. As demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela diretoria e sua emissão foi autorizada em 05 de abril de 2022. **2.2. Bases de apresentação:** *2.2.1. Bases de mensuração:* As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de avaliação, exceto quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência. *2.2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:* A moeda funcional é o Real. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais. Todas as informações contábeis apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. *2.2.3. Uso de estimativas:* A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando também as projeções relativas a eventos futuros. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente. **3. Principais práticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data de aplicação, sujeitas a flutuações insignificantes de valor, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superiores à data de mercado. **3.2. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor justo for mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das respectivas variações incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. **3.3. Provisões, ativos e passivos contingentes:** A Administração, ao elaborar suas informações contábeis, efetua a distinção entre: • Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes provenientes de eventos da data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja consideravelmente provável; • Passivos iminentes, mas cujo valor e/ou época sejam incertos; • Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originam de eventos passados e cuja existência somente será confirmada por ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes cuja data do balanço seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação; • Ativos contingentes são ativos possíveis em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos possam gerar um aumento nos recursos que incorporem benefícios econômicos. As demonstrações contábeis da Companhia incluem todas as previsões substanciais em relação às quais se considere que seja

Aos Administradores e Acionistas da **IFIN II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da IFIN II COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período findo na mesma data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IFIN II COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações, e seus fluxos de caixa, para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades sob essas citadas na seção "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, conforme os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado (DVA):** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, as questões relacionadas com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

capacidade de carregamento, a custos comparáveis, dos certificados de recebíveis imobiliários, instrumentos que não prover parte dos recursos necessários à continuidade desses investimentos. No agronegócio, o potencial de crescimento do setor no Brasil tende a ser fortalecido pela diversificação das fontes de financiamento oferecida pela securitização dos recebíveis de agro no mercado. Esse processo oferece uma boa perspectiva de crescimento das atividades de securitização ao permitir que as securitizadoras de recebíveis agreguem a sua experiência na montagem de novas estruturas de financiamento ao setor. **Contexto Operacional:** A IFIN II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros foi criada com o propósito especifico de emissão de CRA. No dia 30 de setembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, a administração da Companhia deliberou pela realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). No dia 30 de setembro de 2021 a operação foi totalmente liquidada passando a quotar com preço de investidor no montante de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e consequente repasse dos recursos captados pela IFIN à contraparte. No período em tre a emissão das debêntures e a presente data-base, a Companhia registrou os efeitos de pagamentos aos fornecedores para formalização da operação firmada e contabilização da mensuração das debêntures pela atualização em linha com a estrutura financeira desenhada para a operação, bem como o reflexo do ajuste a valor justo dos investimentos registrados no ativo de Companhia. **Outras informações relevantes: Partes relacionadas:** Para o adequado gerenci-

Demonstrações do fluxos de caixa

Para o período findo 10 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	**64**	-
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Encargos e variações monetárias por emissão de debêntures	16	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Tributos a compensar	(4)	-
Cessão de créditos	(2.415)	-
Outros ativos	(47)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	2	-
Partes relacionadas	4	-
Obrigações fiscais	22	-
Obrigações por debêntures emitidas	2.569	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(2.350)**	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capital integralizado no período	1	-
Obrigações por emissão de debêntures	2.569	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**2.570**	-
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**212**	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do período	212	-
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**212**	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações de valor adicionado

Para o período findo 10 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Receitas	**125**	-
Receita dos recebíveis adquiridos	42	-
Receita com prestação de serviços	83	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(14)**	-
Custo dos serviços prestados	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(14)	-
Valor adicionado bruto	**111**	-
Valor adicionado líquido produzido	**111**	-
Valor adicionado recebido em transferência	-	-
Valor adicionado a distribuir	**111**	-
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	31	-
Juros pagos a debenturistas	16	-
Dividendos	15	-
Resultado retido	49	-
Valor adicionado distribuído	**111**	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

cações financeiras dos recursos disponíveis. As despesas financeiras totalizaram R$ 16, e são constituídas de atualização de juros e correção monetária incorridos sobre as debêntures emitidas, conforme descritas na nota explicativa nº 11. **17. Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, a Companhia não possuia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de mercado:** *Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:* Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras automáticas mantidas junto a uma instituição financeira, sem prazo de vencimento, e são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Na mensuração subsequente são classificadas na mesma categoria. Por se tratar de um instrumento com liquidez diária e resgate imediato e automático é garantido na taxa pactuada na aplicação, e os saldos refletem o seu valor justo na data da avaliação. **18. Demonstração de riscos: Visão geral:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento do risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais serão incluídas tão logo sejam realizadas operações decorrentes de seu objeto social. **Hierarquia de valor justo:** Existem 3 diferentes níveis hierárquicos, conforme segue: • Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) para ativos e passivos idênticos no mercado ativo. • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preço). • **Nível 3** – Premissas para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). A Companhia classifica seus instrumentos financeiros em Nível 2.

Estrutura do gerenciamento do risco: A administração da Companhia adotou uma política conservadora no gerenciamento do risco de crédito. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a política estabelecida para o crédito. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1) prospecção de negócios; (2) análise da proposta; (3) análise dos riscos operacionais; (4) negociação das condições comerciais; (5) identificação da disponibilidade de recursos a captar em determinado prazo e, tendo

Metalúrgica Golin S/A

CNPJ: 49.034.275/0001-35 - NIRE: 35300045955

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem na sede social da companhia na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306 - Jd. Cidade Aracília, Guarulhos - SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 09:00 horas e, em 2ª convocação, às 09:30 horas do dia 30/04/2022 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO: a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2021; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Eleger os membros da Diretoria; **d)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2022. Sr. Cláudio de Araújo - Diretor Presidente. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modo presencial, sendo certo que os acionistas que quiserem fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia deverão fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original ao ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio do documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista (*on-line*), local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição do dia 25 de Março de 2022 do jornal Diário de São Paulo, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia-Geral Ordinária, conforme determina a lei de regência.

PINHALENSE S/A MÁQUINAS AGRÍCOLAS

CNPJ/NF nº 52.224.423/0001-14 - NIRE 353 0006526 9

ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da **PINHALENSE S/A MÁQUINAS AGRÍCOLAS** convocados a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, que se realizarão no próximo dia 30 de abril de 2022, às 8:00 horas, na sede social da companhia, localizada na Rodovia Prefeito Luiz Ephim Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na Rua Honório Soares, nº 80, Centro, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I – **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (ii) distribuição no decorrer do ano de 2022, dos dividendos obrigatórios e juros sobre capital próprio imputados como dividendos, calculados na forma da lei; II – **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** (i) exame e deliberação sobre a proposta da Diretoria para aumento do capital social, mediante incorporação de reservas de lucros; (ii) conforme descrito abaixo e melhor detalhado na Proposta da Diretoria, alteração parcial do estatuto, no tocante: a) ao capital social; b) Capítulo III Administração – Artigo 12º; (iii) proposta de correção da remuneração da diretoria; (iv) outros assuntos de interesse social. **Informações Gerais:** (i) encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001 e 11.638/2007, relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (ii) os acionistas poderão ser representados nas Assembléias, mediante a apresentação do mandato de representação, outorgado na forma do parágrafo 1º, do art. 126 da Lei 6.404/76, os instrumentos de mandato deverão ser enviados para o endereço de e-mail acionista@pinhalense.com.br até as 12:00 horas do dia 29 de abril de 2022; (iii) as Assembleias instalar-se-ão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, dois terços do capital com direito a voto. Espirito Santo do Pinhal-SP., 13 de abril de 2022

João Paulo Cipoli Viegas
Diretor Financeiro/ RH

Golin Participações S/A

CNPJ: 05.487.746/0001-95 - NIRE: 35300315189

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em sua sede social na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306-A, Guarulhos - SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 10:30 horas e, em 2ª convocação, às 11:00 horas do dia 30/04/2022 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO: a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2021; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Eleger os membros da Diretoria; **d)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2022. Sr. Lourival Odécio Golin - Diretor. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modo presencial, sendo certo que os acionistas que quiserem fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio do documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista (online), local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição do dia 25 de Março de 2022 do jornal Diário de São Paulo, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia-Geral Ordinária, conforme determina a lei de regência.

Mobi All Tecnologia S.A.

CNPJ/NIRE nº 11.272.329/0001-28 - NIRE 35.300.373.049

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/01/2022

1. Data, Horário e Local: Realizada aos 21/01/2022, às 12h, na sede da **Mobi All Tecnologia S.A.**, localizada em São Paulo/SP, na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, bloco D, 8º andar, Vila Cruzeiro, CEP 04726-170 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada e em vigor ("Lei das S.A."), em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia com direito a voto, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa**: Presidente: Sr. Carlos Henrique Testolini; e Secretário: Bárbara Alvim Raymundo. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** a redução desproporcional do capital social da Companhia no montante de R$4.867.336,00, nos termos dos Artigos 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações, mediante o cancelamento de 4.867.336 ações ordinárias atualmente detidas pelos acionistas Roberto Carlos Daniel e Fábio Henrique Fossato Nunes Dias;; **(ii)** a criação das novas classes de ações de emissão da Companhia, sendo Ações Preferenciais Classe D e de Ações Preferenciais Classe E; **(iii)** a conversão de 02 Ações Ordinárias, atualmente mantidas na tesouraria da Companhia, em 01 Ação Preferencial Classe D e 01 Ação Preferencial Classe E; **(iv)** se aprovados os itens (i) a (iii) acima, a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **e (v)** a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas pelos acionistas. **5. Deliberações**: Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram dos votos e sem qualquer ressalva ou restrições, deliberaram o quanto segue: 5.1. Aprovar a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário, nos termos do Artigo 130, §1º da Lei das S.A.. 5.2. Aprovar a redução desproporcional do capital da Companhia, em razão do mesmo ser excessivo, nos termos dos Artigos 173 e 174 da Lei das S.A., no montante de R$4.867.336,00 passando de R$11.513.074,00 para R$6.645.738,00, com o consequente cancelamento de 2.924.264 Ações Ordinárias atualmente detidas pelos acionistas **Roberto Carlos Dariva**, brasileiro, casado, empresário, CPF 021.339.609-29, RG 39.326.966 SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo/SP e 1.943.072 Ações Ordinárias atualmente detidas pelo acionista **Fábio Henrique Fossato Nunes Dias**, brasileiro, solteiro, empresário, CPF 004.610.119-56, RG 2.950.213 SSP/SC, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, representativas no presente caso, por cento e meio, 17,88% e 11,88% do capital social total da Companhia. 5.2.1. Em decorrência da redução do capital social aprovada nos termos do item 5.2 acima, aprovar a restituição aos acionistas **Roberto Carlos Dariva** e **Fábio Henrique Fossato Nunes Dias** do valor total de R$1.000.000,00, sendo R$600.800,00 devido ao acionista **Roberto Carlos Dariva** e (ii) R$399.200,00 devido ao acionista **Fábio Henrique Fossato Nunes Dias**. 5.2.2. O pagamento do valor devido a título de restituição será realizado em moeda corrente nacional mediante o pagamento de 33 parcelas mensais e sucessivas no valor de R$32.000,00 e a 2º 33º parcela no valor de R$30.250,00, na proporção de 60,08% ao acionista **Roberto Carlos Dariva** e 39,92% ao acionista **Fábio Henrique Fossato Nunes Dias**; vencendo-se a primeira parcela em até 5 dias úteis contados do aprovamento da ata da presente Assembleia Geral e transcorrido o Prazo de Oposição (conforme definido abaixo) e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Os valores aqui indicados serão corrigidos de acordo com a variação positiva do IPCA, desde a data de pagamento do 1º parcela até o pagamento da última parcela. 5.2.3. Considerando que a redução do capital será implementada com a restituição de valores aos acionistas, nos termos do item 5.2.1 acima, de modo que a sua eficácia está condicionada ao transcurso do prazo de 60 dias após a publicação da ata da presente Assembleia Geral sem que qualquer credor quirografário, no caso hipótese de oposição, mediante comprovação do pagamento ou depósito judicial das quantias reclamadas pelos opositores, nos termos do Artigo 174, § 2º, da Lei das S.A., 5.2.4. Consignar que, mediante o efetivo pagamento da restituição aos acionistas do montante relativo à redução de capital social, os acionistas da Companhia outorga-se-lhe a mais ampla, plena e geral quitação com relação à redução de capital social ora deliberada e aos respectivos montantes devidos, para mais nada reclamarem uma das outras, a qualquer tempo, a qualquer título, em juízo ou fora dele. 5.3. Os demais acionistas da Companhia expressamente concordam com a redução de capital e restituição ora deliberada. 5.3. Aprovar a criação de novas classes de ações da Companhia, sendo Ações Preferenciais Classe D e Ações Preferenciais Classe E de emissão da Companhia, as quais terão as características e direitos descritos no Estatuto Social da Companhia, que também terão direito a voto e garantirão aos seus titulares preferência no recebimento de recursos na hipótese de um evento de transferência da totalidade das ações de emissão da Companhia para um terceiro tendo como contraparte o pagamento de qualquer quantia em moeda corrente nacional, nos termos do instrumento particular de outorga de opção de compra de participação societária celebrado pelos acionistas da Companhia. 5.4. Aprovar a conversão de 02 Ações Ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas e sem valor nominal, atualmente mantidas em tesouraria, sendo 01 Ação Ordinária em 01 Ação Preferencial Classe D e 01 Ação Ordinária em 01 Ação Preferencial Classe E, ambas com as características e direitos descritos no Estatuto Social da Companhia. 5.5. Em razão das deliberações tomadas acima, alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar, a partir da presente data (e sujeito ao disposto no item 5.2.3 acima), de acordo com a seguinte e nova redação: *"Artigo 5º - O Capital social da Companhia é de R$6.645.738,00, dividido em 1.953.695 ações ordinárias, das quais 1.792.536 encontram-se em tesouraria, 3.085.379 ações preferenciais classe "A", 4.028.927 ações preferenciais classe "B", 2.417.356 ações preferenciais classe "C", 01 ação preferencial classe "D", atualmente mantida em tesouraria, 01 ação preferencial classe "E", também mantida em tesouraria; todas nominativas, sem valor nominal.* **§ Primeiro** *- Cada ação ordinária dá direito a 1 voto nas deliberações da Assembleia Geral.* **§ Segundo** *- As ações preferenciais classe "A", nominativas, sem valor nominal, com direito a voto e conversíveis em ações ordinárias, conforme a lei, e sem direito a voto, conferem aos seus titulares prioridade no reembolso de capital, com direito a prêmio, antes do reembolso de capital em relação às ações ordinárias, e após o reembolso de capital relativo às ações preferenciais classe "C", na forma estabelecida em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.* **§ Terceiro** *- As ações preferenciais classe "B", nominativas, sem valor nominal, com direito a voto, conferem aos seus titulares prioridade no reembolso de capital, com direito a prêmio, antes do reembolso de capital em relação a quaisquer outras espécies ou classes de ações, na forma estabelecida em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.* **§ Quinto** *- As ações preferenciais classe "D", nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, conferem aos seus titulares preferência no recebimento de recursos na hipótese de um evento de transferência da totalidade das ações de emissão da Companhia para um terceiro tendo como contraparte o pagamento de qualquer quantia em moeda corrente nacional, nos termos do instrumento particular de outorga de opção de compra de participação societária celebrado pelos acionistas da Companhia.* **§ Sexto** *- As ações preferenciais classe "E", nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, conferem aos seus titulares preferência no recebimento de recursos na hipótese de um evento de transferência da totalidade das ações de emissão da Companhia para um terceiro tendo como contraparte o pagamento de qualquer quantia em moeda corrente nacional, nos termos do instrumento particular de outorga de opção de compra de participação societária celebrado pelos acionistas da Companhia.* **§ Sétimo** *- A Companhia não possui partes beneficiárias, sendo expressamente proibida a sua emissão;"* 5.6. Autorizar a Diretoria da Companhia, observadas as disposições legais e o disposto no Estatuto Social da Companhia, a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações aprovadas nesta Assembleia. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, 21/01/2022. Mesa: Presidente - Sr. Carlos Henrique Testolini; e Secretária - Bárbara Alvim Raymundo. Acionistas Presentes: Roberto Carlos Dariva, Fábio Henrique Fossato Nunes Dias, Maurício da Silva Yamamura, Oria Tech Secundário 1 - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Oria Tech 1 Inovação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* **Mesa: Carlos Henrique Testolini** - Presidente, **Bárbara Alvim Raymundo** - Secretária. Acionistas Presentes: **Fábio Henrique Fossato Nunes Dias, Roberto Carlos Dariva, Maurício da Silva Yamamura, Oria Tech 1 Inovação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** (por sua gestora Oria Gestão de Recursos Ltda.). Por: **Carlos Henrique Testolini** - Diretor da Oria Gestão de Recursos Ltda. (Gestora), Por: **Bárbara Alvim Raymundo** - Diretora da Oria Gestão de Recursos Ltda. (Gestora). **Oria Tech Secundário 1 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** (por sua gestora Oria Gestão de Recursos Ltda.). Por: **Carlos Henrique Testolini** - Diretor da Oria Gestão de Recursos Ltda. (Gestora), Por: **Bárbara Alvim Raymundo** - Diretora da Oria Gestão de Recursos Ltda. (Gestora).

Nova Engenvix Engenharia e Projetos S.A.

CNPJ/NIE 00.103.582/0001-31 / NIRE: 35.300.190.505

Ata da Assembleia Geral Ordinária

Data, hora e local: 08/04/2022, às 9h, na Alameda Araguaia, 3571, 1º andar, Alphaville Industrial, Barueri/SP. **Presença**: Totalidade dos acionistas. **Convocação**: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. **Mesa**: Presidente: Jair Filgueira Fernandes da Cunha Santos - Secretário. **Ordem do dia**: **(i)** tomar as contas dos administradores; **(ii)** examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhadas do Relatório da Administração e da proposta de destinação do resultado apurado; **(iii)** Demonstração do resultado acumulado; **Deliberações**: Submetidas à apreciação as matérias constantes da Ordem do dia, restaram aprovadas, por unanimidade, nos termos seguintes: **(i)** a prestação de contas dos administradores e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **(ii)** as Demonstrações Financeiras conforme Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras com Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, documentos esses publicados no jornal "Diário Comercial de São Paulo" edições 80 e 81, em edição do dia 01/04/2022; **(iii)** a proposta de destinação do resultado do exercício findo, de acordo com proposta da administração, no valor de R$ 1.190.996,04 (um milhão, cento e noventa mil, novecentos e noventa e seis reais e quatro centavos) em lucro, a ser transferido em sua totalidade para Lucros e Prejuízos Acumulados, conforme Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras supracitadas. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta, que após lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelos presentes e ato contínuo, transcrita nos livros societários, (a) Yoshiaki Fujimori - Presidente; Adjair da Cunha dos Santos - Secretário. JUCESP nº Nova Participações S.A. (Yoshiaki Fujimori e Adjair da Cunha dos Santos); p/ Nova Participações Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (Carlos Orlandelli Lopes). A presente é cópia fiel extraída de livro próprio da Companhia. Barueri - SP, 08/04/2022. Mesa: Yoshiaki Fujimori - Presidente; Adjair da Cunha dos Santos - Secretário. JUCESP nº 198.588/22-7 em 13/14/2022 - Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1014709-65.2016.8.26.0004**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Seguro. Requerente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Requerido: AR Transportes Ltda. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1014709-65.2016.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Camila Sant Ponera Quinzani, na forma da Lei, etc. Faz Saber a(ê) Transportes Ltda (CPJ: 18.771.489/0001-50), que Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 9.296,56 (agosto de 2016), decorrente do contrato de seguro, representado pelas apólices do Ramo RCTR-C (Responsabilidade Civil Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga) nº 45.654.594 e RCF-DC - Responsabilidade Civil Facultativo de Cargas nº 45.655.2217. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 30 dias supra, decorrentes do prazo, ofereça resposta, sob pena de presumirem como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, aos 05 de abril de 2022. 19 e 20 / 04 / 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1019941-73.2014.8.26.0004**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficiente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Marisa Marcucci Portugal Gouveia e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1019941-73.2014.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Genin Fiore Basso, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(ê) ALEXANDRE MINOZZO MARCUCCI, (CPF 271.414.398-97), MARISA MARCUCCI PORTUGAL GOUVEA (CPF 032.958.428-68) e GIULIANO MINOZZO MARCUCCI (CPF 271.448.098-57), que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficiente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, objetivando a cobrança da quantia de R$ 70.226,17 (dezembro de 2014), decorrente da Nota Fiscal de Serviço nº 01587471. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, com fundamento no Art. 256, inciso II do CPC para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital da data da publicação única ou, havendo mais de um, da primeira (Art. 257, inciso III do CPC), apresentem resposta. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, pelos réus, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor conforme previsto no artigo 344 do C.P.C., ficando advertido de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente afixado, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de abril de 2022. 19 e 20 / 04 / 2022.

IFIN III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ/NF Nº 45.526.981/0001-46

Comentários sobre o Desempenho da Companhia - Período findo em 31 de dezembro de 2021

Contexto Econômico: O ano de 2021 foi um ano de recuperação na medida que o mercado se adaptou e passou a trabalhar com um cenário de pandemia e seus efeitos econômicos. Ainda rus por um período maior que o inicialmente previsto por especialistas e governos. Além dos efeitos das medidas adotadas pela quarta tentativa de um governo em instituir a reforma da sua disseminação com base na linha sugerida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia tem provocado uma desaceleração no crescimento global, com queda nos preços das commodities, redução dos fluxos financeiros e de capitais, bem como a elevação da volatilidade nos preços dos ativos financeiros, situações que requerem ações diferenciadas monetárias a adoção de medidas fiscais e monetárias voltadas a atenuar os efeitos junto às suas respectivas economias, cujo resultado tem sido bastante heterogêneo e específico aos fatores observados. No ambiente interno, como destacado pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), do BACEN, a pandemia tem afetado a oferta de bens e serviços de diversas frentes: a primeira, decorre de um choque de oferta derivado da interrupção das cadeias produtivas cujo impacto, no Brasil, tendera a ser mais acentuado devido a sua pouca integração com as cadeias produtivas mundiais; a segunda, está relacionada a um choque nos custos de produção, como consequência da variação nos preços das commodities e de importantes ativos financeiros, os quais, por sua vez – no curto prazo – tenderá a ser deflacionária; e, o terceiro, deverá gerar uma retração na demanda interna e consequente ociosidade, devido tanto a as restrições impostas pela pandemia no cenário econômico global. Com, porém, optou por iniciar retomada gradativa das taxas de juros (nominais e reais) sendo a taxa básica de juros dos em 2013 quando a taxa básica de juros brasileira se apresentava como das mais elevadas do mundo. Com isso, os principais indicadores de atividade econômica nacional que vinham mantendo uma tendência consistente de reversão, compatíveis com um processo de retomada da economia. Esses indicadores, exceto os de nível inflacionário, que passaram devem se manter dentro de uma dinâmica favorável mesmo com os movimentos altistas dos últimos períodos, ainda que por motivos diferentes daqueles observados anteriormente, permitiram ao Banco Central dar continuidade a alteração na estrutura de juros da economia ao levar a sua taxa básica aos níveis mais baixos. A média e longo prazo, a crise fiscal, tanto civil e, em especial, o mercado de imóveis residenciais, a exemplo do ocorrido nos últimos anos deverá retomar a sua condição de um dos vetores de indução do ciclo de investimento na economia nacional. Superados os impactos da pandemia, e com a elevação das tensões devido ao conflito Rússia-Ucrânia espera-se um aumento do fluxo de recursos externos de capital estrangeiro no Brasil, aliado a isso a expectativa de retomada do crescimento mais robusto do mercado imobiliário e do agronegócio para os próximos anos, com elevação da sua representatividade em relação ao PIB nacional, aumenta a importância da securitização como fonte alternativa de funding para esses setores. No que se refere ao setor imobiliário, a natural elevação da oferta de recebíveis, originada do aumento do número de unidades comercializadas, parte delas não atendidas pelo setor de crédito bancário, transfere para as securitizadoras o desafio de captar investidores com capacidade de carregamento, a custos compatíveis, dos certificados de recebíveis imobiliários, instrumentos que não provem parte dos recursos necessários à continuidade de desses investimentos. No agronegócio, o potencial de crescimento do setor no Brasil tende a ser fortalecido pela diversificação das fontes de financiamento oferecida pela securitização dos recebíveis gerados no setor. Esse processo oferece uma boa perspectiva de crescimento das atividades de securitizadoras, permitindo que as securitizadoras de recebíveis agreguem a sua expertise na montagem de novas estruturas de financiamento ao setor. **Contexto Operacional:** A IFIN III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros foi criada com o propósito específico de aquisição de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, em operação e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatíveis com suas atividades, respeitados os trâmites estabelecidos pela legislação aplicável, a realização de outros negócios relacionados aos créditos supracitados e a prestação de serviços de consultoria financeira relacionada às operações de securitização de créditos supracitadas. **Outras informações:** Relacionamento com auditores independentes: Para o adequado gerenciamento de divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Companhia, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que – exceto pela contratação pontual da BLB BRASIL com a finalidade de elaboração dos laudos de avaliação necessários à incorporação de duas outras empresas integrantes do grupo - não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, junto à empresa BLB BRASIL Auditores Independentes, ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente. Em complemento, a companhia observa premissas que a orientam no relacionamento com os seus auditores independentes. Essas premissas estabelecem: **(a)** que o auditor não deve prestar a companhia serviços que impliquem nível; **(b)** que os atividades genericamente reservadas para serem desempenhadas por funcionários da própria companhia, sendo responsabilidade deles a execução do trabalho em realizado; e **(c)** que os trabalhos a serem auditados foram realizados por profissionais sem quaisquer vínculos, diretos ou indiretos, com a empresa de auditoria independente contratada para emitir uma opinião acerca desses trabalhos. Desta forma, a companhia considera estarem preservadas a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa. Os elementos acima descritos permitem à Companhia, tendo por base as suas iniciativas e as de outras pessoas interessadas na consolidação do mercado securitizador de recebíveis imobiliários e do agronegócio, observar com otimismo, apesar das incertezas e das dificuldades conjunturais, a evolução de suas operações no decorrer do presente e dos próximos exercícios.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2021	2020
Ativo circulante				**Passivo circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	-	**Patrimônio Líquido**			
				Capital social	7.1	1	-
				Total do passivo e do patrimônio líquido		1	-
Total do ativo		1	-				

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações das mutações para o período findo de 21 de outubro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais - R$)*

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2020	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-
Saldos em 01 de janeiro de 2021	-	-	-	-
Integralização de capital social	1	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1	-	-	1

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações do resultado para o período findo de 21 de outubro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Exercício 2021	Exercício 2020
Receitas Operacionais		-	-
Receita dos recebíveis adquiridos		-	-
Resultado operacional bruto		-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-
Despesas administrativas		-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-
Total de (despesas) receitas operacionais		-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		-	-
Resultado financeiro		-	-
Receitas Financeiras		-	-
Resultado financeiro líquido		-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		-	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-
Lucro líquido do período		-	-
Quantidade de ações	7.1	1.000	1.000
Lucro por ação - R$		-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente Para o período findo de 21 de outubro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais - R$)*

	Exercício 2021	Exercício 2020
Lucro líquido do período	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações do fluxos de caixa Para o período findo de 21 de outubro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais - R$)*

	Exercício 2021	Exercício 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	-	-
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Tributos a compensar	-	-
Cessão de créditos	-	-
Outros ativos	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	-	-
Partes relacionadas	-	-
Obrigações fiscais	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capital Integralizado no período	1	-
Obrigações por emissão de debêntures	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	1	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1	-
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1	-
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado Para o período findo de 21 de outubro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Exercício 2021	Exercício 2020
Receitas	-	-
Receita dos recebíveis adquiridos	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-
Valor adicionado bruto	-	-
Valor adicionado líquido produzido	-	-
Valor adicionado recebido em transferência	-	-
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida	-	-
Valor adicionado a distribuir	-	-
Distribuição de valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	-	-
Juros pagos a debênturistas	-	-
Dividendos	-	-
Lucro retido	-	-
Valor adicionado distribuído	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

1. Informações gerais e contexto operacional: A IFIN III COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS ("Companhia"), foi constituída em Assembleia de 21 de outubro de 2021, é a uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. A Companhia tem como principais atividades: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatíveis com suas atividades, respeitados os trâmites estabelecidos na legislação aplicável; (c) a realização de outros negócios relacionados aos créditos supracitados e a prestação de serviços de consultoria financeira relacionada às operações de securitização de créditos supracitadas. **2. Bases de preparação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vigentes na data base. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia entende e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1000308-26.2017.8.26.0001**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). DANIELA CLAUDIA HERRERA XIMENES, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Edivaldo Sampaio da Silva (CPF. 398.133.203-20), que Sociedade Beneficente São Camilo, mantenedora do Hospital São Camilo - Pompéia (ex-Ipiranga), ofereceu ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 4.322,33 (dezembro de 2016), decorrente do Recibo Provisório de Serviço nº 212986, oriundo da prestação de atendimento médico/hospitalar. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a Ver dos 20 dias seguintes, oferte contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de outubro de 2021. 19 e 20 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1001659-30.2014.8.26.0004**. Classe: Assunto: Monitória - Prestação de Serviços. Requerente: Fundação São Paulo. Requerido: Sheila Alembola Reis Adesina. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1001659-30.2014.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Sidney Tadeu Cardoal Barril, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) SHEILA ALEMBOLA REGIS ADESINA, Brasileira, CPF 340.170.188-66, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Fundação São Paulo, para cobrança da quantia de R$ 20.582,51 (janeiro de 2014), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinado a sua citação por edital, com o prazo de trinta dias, contados da ação proposta e para que em 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, que deverá ser realizada nos termos do artigo 257, II do NCPC, pague o débito (incluindo verbete de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalente a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de março de 2022. 19 e 20 / 04 / 2022

Edital de Leilão Comercial Eletrônico Único de Bem Imóvel

Eduardo dos Reis e Roberto dos Reis Junior, Leiloeiros Oficiais, JUCESP nº nº 748 e nº 1048, tendo sido devidamente autorizados pelo(s) proprietário(s) e nos termos da Lei, fazem saber que por meio do sistema gestor de leilões **www.casareiseileiloes.com.br**, levarão a Leilão Eletrônico público para captação de ofertas o bem abaixo descrito, nas datas e condições a seguir. **Leilão Eletrônico Único.** Início: 20 (vinte) de Abril de 2022, 13:00:00 horas. **Bem Ofertado:** Imóvel Residencial sito à Avenida Mahatma Gandhi, 574, no 32º Subdistrito - Capela do Socorro, Matrícula nº 200.696 do 10º CRI SP. Inscrição Municipal nº 095.136.0006-8. **Valor de Venda:** R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). **Das Condições de Arpregoação, Venda e Arrematação.** O imóvel será arpregoado em lote único e vendido "ad corpus". Consta do imóvel que se encontra e o arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que se encontra. O Comitente se responsabiliza pela procedência e evicção de direitos do bem, ficando os Leiloeiros Oficiais isentos de qualquer responsabilidade pela qualidade, vícios ou defeitos ocultos. O **preço da arrematação será pagos à vista. A comissão por direito devida aos Leiloeiros** será equivalente a **5% (cinco por cento)** do valor da arrematação, devendo ser **liquidado à vista. Da Matrícula** se verifica que figura como titular da propriedade e domínio Barbieri Participações e Negócios Imobiliários Ltda. (CNPJ sob nº 02.103.333/0001-71) (R. 03). **Posse.** A proprietária exerce a posse direta. **IPTU.** Pesquisa de IPTU 032022 indica que não pesam débitos de IPTU. Há R$ 51.228,81 de 2022. **Das informações Finais.** A Comitente se comprometa a outorgar a devida Escritura Definitiva de Venda e Compra em até 60 (sessenta) dias da data da arrematação. As despesas para a obtenção da propriedade e domínio definitivos dos imóveis, bem como para a lavratura e eventual registro das Escrituras de Venda e Compra, assim como os emolumentos de tabelionato, registros, I.T.B.I. ou quaisquer outros impostos e taxas existentes ou que venham a ser criados, inclusive referentes ao Cartório de Registro de Imóveis, correrão por conta exclusiva do respectivo arrematante. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital publicado na forma da Lei. São Paulo, 03 de março de 2022. Eduardo dos Reis e Roberto dos Reis Junior.

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

DISTRITO DE PARELHEIROS

OFICIAL - ODÉLIO ANTONIO DE LIMA

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

ÍTALO VINICIUS SALES GREGORIO E STEFANY PEREIRA FLORENTINO. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, COPEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 12/03/1994, FILHO DE MARIA DO SOCORRO SALES GREGORIO. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTONOMA, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 09/11/1998, FILHA DE FABIO ROBERTO MASCARENHAS FLORENTINO E DE JACKELINE CAMILO PREIRA.

WELLINGTON SANTOS DE ASSIS E SOLANGE SOUZA CASTRO. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, METALÚRGICO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 04/09/1984, FILHO DE FILOMENO FRANCISCO DE ASSIS FILHO E DE MARIA IRENE DOS SANTOS ASSIS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, , DIVORCIADA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA26/07/1979, FILHA DE BENEDITO SALES DE CASTRO E DE TEREZINHA MARIA DE SOUZA CASTRO.

ADMILSON DA SILVAPINTO E SIRLENE DA SILVAMARTINS. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, PEDREIRO, SOLTEIRO, NASCIDO EM MONTE SANTO, BA, NO DIA 15/11/1989, FILHO DE ADEMIR PINTO DOS SANTOS E DE JOANANEVES DA SILVA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUXILIAR DE LIMPEZA, SOLTEIRA, NASCIDA EM MONTE SANTO, BA, NO DIA25/10/1988, FILHA DE JOÃO RAMOS MARTINS E DE MARIA SUZANA DASILVA.

MAIQUE ALVESDA SILVA E NOEMI GOIS BOTELHO DA SILVA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, ELETRICISTA, DIVORCIADO, NASCIDO EM GUARULHOS, SP, NO DIA 30/07/1981, FILHO DE MANOEL JOELINO DASILVAE DE MARIAPAULINO ALVES. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUXILIAR DE ENFERMAGEM, VIÚVA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 03/06/1980, FILHA DE ARTUR BOTELHO E DE JOSEFA DE JESUS GOIS BOTELHO.

EVANDRO RICARDO DA SILVA SANTOS E SELMA CASSIMIRO RIBEIRO DE SOUZA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, ASSISTENTE DE PREVENÇÃO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 14/07/1990, FILHO DE E DE EVANICE DA SILVA SANTOS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, CONTROLADORA DE ACESSO, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 30/06/1990, FILHA DE VALDEMIRO RIBEIRO DE SOUZA E DE MARIACASSIMIRO RIBEIRO DE SOUZA.

JOSÉ GILSON DOS SANTOS E JOSICLEIDE FELINTO DOS SANTOS. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AJUDANTE DE OBRA, SOLTEIRO, NASCIDO EM BONITO, PE, NO DIA05/02/1985, FILHO DE GERICINO SEVERINO DOS SANTOS E DE MARLENE CARNEIRO DO NASCIMENTO. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, EMPREGADA DOMÉSTICA, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA29/11/1986, FILHADE FERNANDO JOAQUIM DOS SANTOS E DE JOSEFA FELINTO DA SILVA.

TIAGO ARAUJO DO CARMO E NÁDIA DA SILVA SANTOS. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, FRENTISTA, , NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 27/04/1990, FILHO DE ADNILSON FRANÇA DO CARMO E DE MARIA JOELMA ARAÚJO DOS SANTOS DO CARMO. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, FISIOTERAPEUTA, SOLTEIRA, NASCIDA EM ITAGIBÁ, BA, NO DIA 01/04/1996, FILHADE VALDEQUE NOVAES SANTOS E DE CRENILDAJESUS DASILVA.

PLINIO DE SOUZA OLENTINO SANTOS E ESTER HARUANNA BARNABE DA SILVA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, OPERADOR DE LOJA, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 13/01/1998, FILHO DE GALVANO TOLENTINO DOS SANTOS E DE ANGEMIRE DOS SANTOS DE SOUZA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DO LAR, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 20/03/2002, FILHADE MARCOS DA SILVA E DE MARTAPEREIRA BARNABE DA SILVA.

IVANDO RIBEIRO DE SOUZA E FABIANA APARECIDA COELHO DA SILVA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, GERENTE, DIVORCIADO, NASCIDO EM VILA VENTURA, BA, NO DIA 25/10/1968, FILHO DE ZILDETE RIBEIRO DE SOUZA E DE CORDELIA ALVES DE BRITO. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DO LAR, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 12/08/1980, FILHA DE CRISTIANO PIRES DASILVA E DE MARIANADIR COELHO SILVA.

RAFAEL LIMA DE OLIVEIRAE LUCIDENE FAGUNDES SANTOS SANTANA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, , NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA12/10/1986, FILHO DE JOSÉ RAIMUNDO DE OLIVEIRA E DE CRISANTINA FERREIRA DE LIMA OLIVEIRA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, , NASCIDAEM SALVADOR, BA, NO DIA 15/09/1990, FILHA DE LUCINALDO BARROS DE SANTANA E DE ALDENICE DOS SANTOS.

DANILO LOPES DA SILVA E BEATRIZ BORGES. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, CONFEITEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 09/06/1981, FILHO DE LUIZ DAÇAS DA SILVA E DE ELENICE DA SILVADAIS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, ATENDENTE, SOLTEIRA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP, NO DIA28/05/1984, FILHADE GILBERTO VITÓRIO DE JESUS E DE ADINALVA MARIA DE JESUS.

JEFFERSON PEREIRA DA CRUZ E ROSILENE VIEIRA DOS SANTOS. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, CONTROLADOR DEACESSO, DIVORCIADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 05/03/1986, FILHO DE LUIZO RAMOS DA CRUZ E DE NELCY PEREIRA DA CRUZ. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, CONTROLADORA DE ACESSO, DIVORCIADA, NASCIDA EM BARUERI, SP, NO DIA 24/05/1984, FILHA DE ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS E DE ALICE MARIA VIEIRA DOS SANTOS.

CÍCERO ALVES LIMA E SUZIVÂNIA PEREIRA PENHA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, VENDEDOR AUTONOMO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA09/03/1988, FILHO DE RAIMUNDO FRANCISCO DE LIMA E DE MARIA DARLENE DE SOUSA ALVES LIMA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, VENDEDORA AUTONOMA, SOLTEIRA, NASCIDA EM MATINHA, MA, NO DIA17/06/1990, FILHA DE SILVINO FERREIRA PENHAE DE MARIADOMINGAS PEREIRA PENHA.

ANTONIO CARLOS SILVA E SEBASTIANA APARECIDA DE REZENDE SANTOS. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, BENEFICIÁRIO DO LOAS, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA09/05/1955, FILHO DE E DE IRENE DE MENEGUETTI SILVA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DO LAR, VIÚVA, NASCIDAEM BRAGANÇA PAULISTA, SP, NO DIA22/01/1964, FILHADE JOÃO FRANCISCO DE REZENDE E DE FLORIZA FERREIRA SANTOS.

WILLIAM DE ASSIS LOPES E CLAUDIA CADETE DOS SANTOS. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, CIRURGIÃO DENTISTA, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA31/01/1989, FILHO DE SEBASTIÃO SOARES LOPES E DE MARIA LUCIA FIRMINA DE ASSIS LOPES. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, CIRURGIÃ DENTISTA, SOLTEIRA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP, NO DIA06/9/1986, FILHA DE JOÃO BATISTARODRIGUES DOS SANTOS E DE GLORIA FRADE CADETE DOS SANTOS.

LEANDRO DE SOUZA PEREIRA E CLARA ANJOS VIOLANTE RODRIGUES MARIA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUXILIAR DE ALMOXARIFADO, DIVORCIADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 21/01/1986, FILHO DE TARCISO DE SOUZAPEREIRA E DE OZENEIADE JESUS PEREIRADE SOUZAPEREIRA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DO LAR, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 16/08/1997, FILHA DE CLAUDINEI RODRIGUES MARIA E DE MARCIA VIOLANTE.

VITOR GOMES OLIVEIRA DOS SANTOS E NADIMY HELLEN ASSIS OLIVEIRA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTONOMO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 13/01/2003, FILHO DE FABIO OLIVEIRA DOS SANTOS E DE JOYCE GOMES BARBOSA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTONOMA, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP,NO DIA 04/10/2001, FILHA DE REINALDO FILIPINI DE OLIVEIRA E DE DANIELA DE ASSIS.

DAVID RAFAEL GONÇALVES VARGAS E MILENA MARIA DA SILVA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, , SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA12/12/1998, FILHO DE CARLOS ROGERIO VARGAS E DE JANE CLEIDE GONÇALVES. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA07/06/1998, FILHADE ANDRÉ JOSÉ DASILVAE DE MARIAJOSÉ DA SILVA.

EDILSON BARROSO RIBEIRO DA SILVA E CLÁUDIADE JESUS PEREIRA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, OPERADOR DE MAQUINA, SOLTEIRO, NASCIDO EM SANTARÉM, PA, NO DIA 06/05/1985, FILHO DE ROSENO RIBEIRO SILVANETO E DE ROSELINABARROSO RIBEIRO DASILVA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DOMESTICA, DIVORCIADA, NASCIDAEM ITAGIBÁ, BA, NO DIA 04/11/1979, FILHADE JOSE PEREIRA E DE MARIA DOMINGAS DE JESUS PEREIRA.

JOSEVAN SILVA DOS SANTOS E CREDIANE SOUSA DAMACENA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, FRENTISTA, SOLTEIRO, NASCIDO EM PLANALTO, BA, NO DIA22/12/1988, FILHO DE JOSÉ CORDEIRO DOS SANTOS E DE TEODORA RIBEIRO SILVA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DOMESTICA, SOLTEIRA, NASCIDAEM PLANALTO, BA, NO DIA23/07/1989, FILHADE JOSÉ GOMES DAMACENA E DE IDALIA DE JESUS SOUSA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1085084-84.2016.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Marietta Sopes Comércio de Calçados Ltda e outro. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1085084-84.2016.8.26.0100. O Dr. Diego Bonilha, Juiz de Direito da 30ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Marietta Sopes Comércio de Calçados Ltda ME (CNPJ. 17.948.645.0001-53) e Ana Paula Elias Martins (CPF. 360.658.858-51), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 85.486,39 (outubro de 2018), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro - 25159409394. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 696,05, R$ 3.409,48 e R$ 122,43. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de março de 2022. 19 e 20 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1054475-19.2019.8.26.0002**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Construtora e Marmoraria Ollec Ltda e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1054475-19.2019.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Silva e Souza, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) a Construtora e Marmoraria Ollec Ltda - ME (CNPJ. 43.033.133/0001-77) e José Domingos Silva de Almeida (CPF. 858.038.803-10), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 93.022,24 (setembro de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 011.438.301. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 696,05, R$ 3.409,48 e R$ 122,43. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de abril de 2022. 19 e 20 / 04 / 2022

LIG Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.

Comentários sobre o Desempenho da Companhia - Período findo em 31 de dezembro de 2021

Contexto Econômico: O ano de 2021 foi um ano de recuperação na medida que o mercado se adaptou e passou a trabalhar com um cenário de pandemia ocasionada pelo Coronavírus por um período maior que o inicialmente previsto por especialistas e governos. Além dos efeitos das medidas adotadas pela saúde pública, o ano de 2021 foi marcado por uma crise sistêmica de abastecimento global. Com uma postura mais autera o Banco Central do Brasil (BCB), via Copom, optou por iniciar retomada gradativa das taxas de juros culminando na volta aos patamares observados em 2013 quando a taxa básica de juros brasileira se apresentava como das mais elevadas do mundo. Com isso, os indicadores de atividade econômica nacional que vinham mantendo uma tendência consistente de reversão, comparativos com um processo de retomada da economia. Esses indicadores, exceto os de nível inflacionário, que ainda devem se manter dentro de uma dinâmica favorável mesmo com os movimentos altistas dos últimos períodos, ainda que por motivos diferentes daqueles observados anteriormente, permitiram ao Banco Central dar continuidade a alteração na estrutura de juros da economia ao levar a sua taxa básica aos níveis de funding para essses setores. A média e longo prazos, a continuidade civil e, em especial, o mercado de imóveis residenciais, a exemplo do ocorrido nos últimos anos deverá retornar a sua trajetória de alta em dois vetores de indução e de suporte ao crescimento na economia nacional. Superados os impactos da pandemia, e com a elevação das tensões devido ao conflito Rússia-Ucrânia espera-se um aumento de fluxo de investimentos e capital estrangeiro no Brasil, aliado a isso a expectativa de retomada do crescimento mais robusto do mercado imobiliário e do agronegócio para os próximos anos, com elevação da sua representatividade em relação ao PIB nacional, aumenta a importância da securitização como forte alternativa de funding para esses setores. Na que se refere ao setor imobiliário, a natural elevação da oferta de recebíveis, originada do aumento do número de unidades comercializadas, parte delas não atendidas pelo setor de crédito bancário, aliada a elevação do interesse e desafio de capitar investidores com capacidade de carregamento, a custos compatíveis, dos certificados de recebíveis imobiliários, instrumentos de securitização que por outras características à comunidade desses investimentos. No agronegócio, o potencial de crescimento do setor no Brasil tende a ser fortalecido pela diversificação das fontes de financiamento oferecida pela securitização dos recebíveis gerados no setor. Esse processo oferece uma boa perspectiva de crescimento das atividades por meio da ampliação do mercado de securitização de recebíveis agrupam a sua expertise na montagem de novas estruturas de financiamento ao setor. **Contexto Operacional:** A LIG Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. foi criada com o propósito específico de aquisição de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatíveis com os ativos adquiridos, empregados os trâmites estabelecidos pela legislação aplicável, a realização de outros negócios relacionados aos créditos supracitados e a prestação de serviços de consultoria financeira relacionados às operações de securitização de créditos supracitados. **Outras informações:** Relacionamento com auditores independentes: PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Nota	Exercício 2021	Exercício 2020
Receitas (despesas) operacionais:			
Administrativas	8.1	(1.220.649)	(136.642)
Tributárias		(13.663)	(11.650)
Outras despesas/receitas operacionais	8.2	(849)	(525)
Resultado operacional		**(1.235.161)**	**(148.817)**
Resultado financeiro		**22.210**	**33.388**
Receitas financeiras		22.210	33.388
Lucro líquido do exercício		**(1.312.951)**	**(115.429)**
IR e CSSL diferidos	8.3	(39.314)	27.398
Lucro/prejuízo líquido do exercício		**(1.352.265)**	**(88.031)**
Lucro/prejuízo por ação		**(0,84517)**	**(0,05502)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Exercício 2021	Exercício 2020
Lucro/prejuízo líquido do exercício	**(1.352.265)**	**(88.031)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes do exercício	**(1.352.265)**	**(88.031)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Capital social	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**600.000**	**(37.732)**	**562.268**
Aumento de capital	1.000.000	-	1.000.000
Lucro (prejuízo) do exercício	-	(88.031)	(88.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.600.000**	**(125.763)**	**1.474.237**
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**1.600.000**	**(125.763)**	**1.474.237**
Prejuízo do exercício	-	(1.352.265)	(1.352.265)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.600.000**	**(1.478.028)**	**121.972**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional: A **LIG Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. ("Companhia")**, constituída em 27 de maio de 2019, tem como objeto social a prática de operações de: **a)** Aquisição e securitização de créditos imobiliários e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários; **b)** Gestão e administração de carteiras de créditos imobiliários, próprias ou de terceiros; **c)** Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários e colocação no mercado financeiro, bem como de quotas de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários que sejam compatíveis com suas atividades; **d)** Atuação como agente fiduciário de Letras Imobiliárias Garantidas, estando, para tanto, autorizada a exercício da atividade de administração de bens e ativos de terceiros; **e)** Distribuição, recompra, revenda ou resgate de títulos e valores mobiliários de sua própria emissão; **f)** Prestação de serviços de estruturação de operações de securitização próprias ou de terceiros; **g)** Consultoria de investimentos em fundos de investimento que tenham como objetivo a aquisição de créditos imobiliários; **h)** Realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários; **i)** Prestação de garantias para os valores mobiliários emitidos pela Companhia; **j)** Realização de operações no mercado de derivativos visando a cobertura de riscos; **k)** Participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior (holding). A Companhia encontra-se em processo de homologação de suas atividades nos órgãos reguladores, condição básica para o desenvolvimento dos negócios. **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações — Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº's 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros e derivativos, a avaliação sobre se o valor justo por meio do resultado, composto, basicamente, de aplicações financeiras de liquidez e rentabilidade diárias, por meio, encontram-se pelo valor justo na data do balanço. Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia seus ativos e toma decisões de compra e venda da baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentados pela Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício. **• Hierarquia de valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: **• Nível 1**: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. **• Nível 2**: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. **• Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Caixa e equivalente de caixa são classificados dentro do Nível 2 e o valor justo é estimado com base nos extratos dos bancos que fazem uso de preço de mercado cotado para instrumentos similares. A Companhia não possui ativos ou passivos classificados nos Níveis 1 e 3 conforme acima mencionados. **• Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado.** A Companhia registra os demais instrumentos financeiros como custo amortizado, como é o caso de valores a receber pela prestação de serviços, adiantamentos a terceiros e valores de créditos fiscais a compensar. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenham ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenham ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.7. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: **a) Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa; **b) Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e as respectivas quantias forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados; e **c) Obrigações legais:** são registradas com base em opiniões, independente da avaliação sobre a probabilidades de êxito. **2.8. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações existentes na data dos balanços. **2.9. Tributos:** Existem diversas interpretações de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis figurarem sujeitos a ampla margem de apreciação pessoal, bem como a natureza de não circulante e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças

Miguel Donha Jr.
Leiloeiro Oficial - Matrícula: 14/256L - Jucesp
www.donhaleiloes.com

204 veículos

COLISÃO-ROUBO/FURTO EM CHOFER E VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL

41 3134-3450

ONLINE
LEILÃO dia 19/04/2022
TERÇA-FEIRA
Leilão 11h30

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR

COLISÃO: 206 2004 2005 207 2010 2011 208 2013 2014 2 307: 2010 2008 2009 308 2013 2014 2 911: 2018 2019 2017 2018 AGILE 2012 AIRCROSS 2019 2020 ARGO 2017 2018 BIZ 125 2006 2C 100: 2005 2004 2005 C3 2014 2015 C3 PICASSO 2012 2013 CAPTUR 2019 2020 CBR 600F 1998 CBR650F 2015 CELTA 2007 2008 CERATO 2013 2014 CG 125 2001 2002 CG 160: 2020 CHEVETTE 1991 CITY 2013 2 CIVIC: 2019 2020 2003 CLASSIC 2013 2014 CLIO 2015 2016 9 C3ROLLA: 2012 2015 2016 2014 2015 2012 2003 2011 2012 2008 3 CORSA: 1998 1999 1995 1996 1995 CRETA 2017 CRUZE 2012 3 CR-V: 2009 2010 2011 2011 DELIVERY 2014 2015 2 E COSPORT: 2004 2017 ELANTRA 2012 2013 ELITE 2019 2 ESCORT: 1992 1999 2000 EFIRIO 2012 2013 F-250 2004 F-350 1999 FIELDER 2007 2008 3 FIESTA: 1996 2013 2014 2014 2FIT: 2017 2008 FLUENCE 2014 4 FOCUS: 2011 2012 2015 2018 2019 2015 2 FOX: 2011 2016 2017 FUSION 2013 15 GOL: 2008 2009 2012 2013 1996 2019 2020 2010 2011 1994 2004 1993 1996 2011 2012 1998 2013 2013 2006 2004 2005 2 GRAND SIENA: 2013 2014 2019 7 HB20: 2014 2015 2014 2019 2020 2016 2017 2019 2015 2014 HILUX CD 2011 2012 2010 2011 2012 ETIOS: 2012 2013 2015 3 KA: 2016 2017 1997 1998 2019 2020 KADETT 1993 KICKS: 2018 2019 KWID 2020 2021 2 MASTER: 2017 2018 2002 2003 MERIVA 2012 2 MOBI: 2018 2019 2016 2017 4 MONTANA: 2017 2018 2018 2019 2014 2015 2013 2 NINJA 300: 2014 2015 2014 2 NINJA 400: 2020 2019 2020 12 ONIX: 2019 2019 2019 2020 2019 2020 2018 2019 2014 2015 2015 2016 2017 2019 2013 2019 2020 2019 2020 1996 2008 2011 2011 2012 PARATI 2008 2009 3 POLO: 2010 2011 2017 2018 2009 2010 3 PRISMA: 2019 2007 2013 3 PUNTO: 2012 2013 2012 2013 2013 QUANTUM 1986 3 RANGER: 2011 2015 2016 2011 2012 REBOQUE 2017 RENEGADE: 2017 2018 2 S10: 2009 2010 2012 3 SANDERO 2011 2012 SANTA FE 2010 2011 SANTANA 2001 2 SAVEIRO: 2019 2020 2013 SENTRA 2019 4 SIENA: 2008 2015 2002 2003 2009 2010 3 SONIC SEDAN: 2014 2012 2013 2014 SPACEFOX: 2016 2 STRADA: 2014 2015 2009 2010 2012 2013 2011 2012 2015 2016 2018 STRADA LS 2012 2013 SUPER 2009 TORO 2019 2020 8 UNO: 2010 2011 2005 2006: 2013 2011 2012 1991 1990 1993 2013 2014 VECTRA HATCH 2011 VERSA 2012 2013 VIRTUS 2018 2019 VOLT 2018 2019 VOYAGE 2014 2015 2015 WEB 2005 X20: 2013 2013 2 YARIS: 2019 2020 YBR 125 2007 2 0000 2016 2017 **ROUBO/FURTO:** BONGO 2011 C4 PALLAS 2009 2010 HEN 2 2 5208 2009 VELOSTER 2012 2013

N°dos Chassis: 12204496 Neurland1C245392 Recortado 1M111215 Recortado 2C401692 Recortado 3T128664 Normal 4B0108974 Recortado 4B0107844 Normal 5B141763 Recortado 5B003145 Normal 6J698999 Normal 6R002279 Recortado 6R851261 Recortado 6Z110574 Normal 7 4241527 Recortado 7A303548 Normal 7J707953 Normal 8B258926 Recortado 8B258959 Recortado 9C230161 Recortado 9B995260 Normal 8R007676 Recortado 8R039629 Normal 9B467759 Recortado A000519 Recortado A3B67752 Normal A2B88402 Normal A3S52307 Normal A4Z26217 Normal A C259969 Normal AL403398 Normal AP090017 Normal AR120529 Recortado AT013738 Recortado B004565 Recortado B009130 Normal B4A04721 Normal BB008365 Normal BC170351 Normal BB023608 Normal BC170351 Normal BB023608 Normal BC170351 Normal BB023608

Ministro detalha motivos para decretar fim da emergência sanitária

Um dia depois de anunciar em pronunciamento oficial em rádio e TV que o Ministério da Saúde vai declarar o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) relacionada à covid-19 no Brasil, o ministro Marcelo Queiroga detalhou na segunda-feira (18) a decisão da pasta. "A covid não acabou e não vai acabar, e nós precisamos conviver com essa doença e com esse vírus. Felizmente, parece que o vírus tem perdido a força, tem perdido a letalidade, e cada dia nós vislumbramos um período pós-pandêmico mais próximo de todo mundo", disse o ministro em entrevista coletiva.

O ministro garantiu que haverá um período de transição, e que mesmo com o fim da emergência sanitária "nenhuma política de saúde será interrompida".

Queiroga disse que nos próximos dias uma portaria com os argumentos que fundamentam a medida será publicada no Diário Oficial da União. Um deles é a queda expressiva dos casos e dos óbitos provocados pela covid-19 nos últimos 15 dias. O ministro destacou a ampla cobertura vacinal da população, com mais de 70% com o esquema vacinal completo com duas doses e mais de 77 milhões de pessoas - 39% da população - já receberam a dose de reforço contra o coronavírus.

Outro aspecto considerado para o fim da emergência sanitária é a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) de atender não só os casos de covid-19, mas também as doenças prevalentes que, segundo o ministro, "foram negligenciadas durante os períodos de picos da covid". Na lista de justificativas do ministro da Saúde há ainda a capacidade de vigilância epidemiológica e genômica brasileiras.

Impacto

Na prática, a decisão flexibiliza um conjunto de medidas não farmacológicas, como uso de máscaras, tomadas desde o início da pandemia para a prevenção da covid-19. A partir da publicação da portaria, também serão alterados critérios que facilitam a compra de insumos médicos sem licitação.

O secretário-executivo do Ministério da Saúde, Rodrigo Cruz, lembrou que normas editadas durante a pandemia tiveram sua validade vinculada à duração da Espin. "Todas as flexibilizações de contratação, agilidade para fazer compra de vacina, não decorrem de poderes especificamente da Espin, mas de leis editadas que tiveram posteriormente sua validade vinculada à vigência da Espin", disse.

O número dois da Saúde acrescentou que a declaração do fim da Espin tem dois pilares. A transição para adaptação de normas e leis à nova realidade, e a continuidade do monitoramento da situação epidemiológica, em conjunto com entes da federação.

CoronaVac

Durante a coletiva, autoridades do Ministério da Saúde esclareceram que a pasta já pediu à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que mantenha por até 365 dias a autorização de uso emergencial de insumos usados no enfrentamento à covid, como a vacina CoronaVac.

Histórico

O estado de emergência foi decretado pelo governo federal em fevereiro de 2020, antes da confirmação do primeiro caso de covid-19 no país. A portaria diminuiu a burocracia para enfrentar a doença e permitiu, entre outras coisas, que a Secretaria de Vigilância em Saúde fizesse a contratação temporária de profissionais para a atuar na linha de frente de combate à covid-19, aquisição de bens e contratação de serviços.

OMS

Apesar da queda do número de contágios e óbitos pelo coronavírus - com o menor número de mortes no mundo desde o início da pandemia na semana passada -, o Comitê de Emergência da Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a covid-19 "representa um risco contínuo de propagação internacional e requer uma resposta internacional coordenada".

A organização manteve a emergência internacional sob o argumento de que muitos países ainda não atingiram uma taxa de vacinação segura. "A melhor maneira para se proteger é se vacinando e tomando a dose de reforço quando recomendada. Continue usando máscara – especialmente em aglomerações em ambientes fechados", disse na semana passada Tedros Adhanom, diretor-geral da OMS.

Em nota divulgada na quarta-feira (13), a OMS destacou que o "comportamento imprevisível do SARS-CoV-2 e as respostas nacionais insuficientes contribuem com a continuidade do contexto de pandemia global".

Ainda segundo o documento, "o comitê concordou por unanimidade que a pandemia de covid-19 ainda constitui um evento extraordinário que continua a afetar negativamente a saúde das populações em todo o mundo, representa um risco contínuo de disseminação interferência no tráfego internacional e requer uma resposta internacional coordenada".

Para a entidade, a redução de casos e mortes não significam um "risco menor" do vírus, que continua a evoluir e a sofrer mutações. (Agencia Brasil)

Presidente do Senado defende eleições em clima de normalidade

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, defendeu na segunda-feira (18) que as eleições de outubro ocorram em clima de normalidade no país. Mais cedo, Pacheco se reuniu com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin.

Segundo o presidente, há um alinhamento entre o Senado e o TSE para que o pleito seja realizado em um ambiente de livre expressão do voto.

"Há o objetivo comum de dar toda transparência, lisura, clareza no processo eleitoral deste ano. As eleições são um dos temas mais importantes da vida nacional. É importante que elas aconteçam dentro da normalidade, que a expressão mais pura da vontade popular seja através do voto. O Brasil tem instrumentos para poder garantir que esse voto seja livre, que possam transcorrer as eleições dentro dessa normalidade", afirmou.

Durante a reunião, o presidente do Senado também destacou o trabalho do TSE no combate à desinformação.

"Há um alinhamento importante do Senado e da Justiça Eleitoral. Quero reconhecer o bom trabalho feito pelo TSE. Há o compromisso do Senado Federal de dar também todos os instrumentos legislativos para que isso aconteça", completou.

O primeiro turno será realizado no dia 2 de outubro, quando os eleitores vão às urnas para eleger o presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. Eventual segundo turno para a disputa presidencial e aos governos estaduais será em 30 de outubro. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0003171-93.2022.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo Tsuno, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **MARIAH EVENTOS E LOCAÇÃO LTDA., CNPJ. 14.434.519/0001-92**, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Tokio Marine Seguradora S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, fica determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$17.712,79, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003395-87.2017.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marco Antonio Barbosa de Freitas, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JACIL CRISTIANO DOS SANTOS, Brasileiro, Solteiro, Vendedor, CPF: 347.211.278-63, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Banco do Brasil S/a., objetivando a cobrança da quantia de R$ 142.595,35 decorrente de uma abertura de crédito de nº 697.002.611 em 29/01/2016. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após os 20 dias supra pague o débito atualizado ou ofereça embargos, ficando intimado de que haverá isenção das custas processuais se cumprir o mandado no prazo , nos termos do artigo 701, § 1º do CPC 2015 e honorários advocatícios de cinco por cento (5%) do valor atribuído à causa, sob pena de conversão do mandado de citação em mandado de execução. Decorrido o prazo supra, no silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de Março de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0230625-03.2009.8.26.0007 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Alessander Marcondes França Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) SEVERINO DA SILVA, Brasileiro, RG 778.996, CPF 083.329.378-84, com endereço à Rua Antonio Moura Andrade, 521, Bloco 13B - apto 33, Itaquera, CEP 08210-660, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Sumário por parte de Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo- CDHU, alegando em síntese: "ajuizou ação de Procedimento Sumário, objetivando a Rescisão de Contrato Cumulada com Reintegração de Posse do imóvel situado à Rua Antonio Moura Andrade, NR: 521 - P:13 B - AP: 033, Conjunto Habitacional SP (Hospital Itaquera), São Paulo-SP, CEP 08210-660, alegando que o réu descumpriu o contrato entabulado entre as partes, caracterizando inadimplência financeira e ocupação irregular do imóvel. A autora requereu a rescisão do contrato e a consequente reintegração de posse". Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 20 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2022.

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS
OFICIAL - DRª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

ANDERSON DA SILVA FERREIRA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 07/03/1986, TÉCNICO EM SEGURANÇA DE TRABALHO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE OSMAR SALGADO FERREIRA E DE ARINALVA DA SILVA FERREIRA, E **RAQUEL SOUZA DA SILVA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 02/02/1990, TÉCNICA EM SEGURANÇA DE TRABALHO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP FILHA DE REGIVALDO CRISPIM DA SILVA E DE MARIA JOSÉ DE SOUZA.

MAIKON GOMES DA SILVA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 22/12/1986, GERENTE PLANEJAMENTOS, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE DEGIVALDO GOMES DA SILVA E DE MARIZA MENDES DA SILVA; E **PAULA DE SOUSA BRAGA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 12/07/1993, ADMINISTRADORA DE EMPRESAS, NATURAL DE GUARULHOS - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE PAULO CESAR PINHEIRO BRAGA E DE ITÂNIA NAIR SOUSA BRAGA.

SAMUEL DOS SANTOS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 12/01/1984, FAXINEIRO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE GENIUZA GOMES DOS SANTOS; E **SANDRA FARIAS DA SILVA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 20/05/1984, FAXINEIRA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE CELESTINO RODRIGUES DA SILVA E DE ERIVAS PEREIRA.

ORLANDO MIGUEL LIMA PEREIRA, BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 31/05/1958, EMPRESÁRIO, NATURAL DE FORTALEZA - CE, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSE MIGUEL PEREIRA E DE MARIA ADELAIDE DE LIMA; E **ANA PAULA RODRIGUES DA SILVA,** BRASILEIRA, DIVORCIADA, NASCIDA AOS 29/05/1974, EMPRESÁRIA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE RAIMUNDO RODRIGUES DA SILVA E DE ZILDA DOS SANTOS DA SILVA.

ANDERSON RODRIGUES TORRES, BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 02/12/1982, MOTORISTA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE ANTONIO PINHEIRO TORRES NETO E DE IRANI RODRIGUES PENEDO TORRES; E **LILIANE DOS SANTOS OLIVEIRA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 06/05/1991, MANICURE, NATURAL DE SALVADOR - BA, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE ADENILTON OLIVEIRA E DE MIRALVA CRISTINA DOS SANTOS OLIVEIRA.

WALMOR FRANCELINO DA SILVA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 06/09/1983, TECNICO DE FIBRAÓTICA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ EDINALDO FRANCELINO DA SILVA E DE HELENA MARIA DA SILVA; E **MARCELA DO CARMO PEIXOTO,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 13/10/1991, BABÁ, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOÃO DOS SANTOS PEIXOTO E DE MARANILDE BATISTA DO CARMO.

JEFFERSON JOHN SILVA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 29/10/1989, SEGURANÇA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA E DE RAIMUNDA MARIA SEVERINO DA SILVA; E **KARINA PORTO MACHADO DE OLIVEIRA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 16/10/1993, AUXILIAR DE ENFERMAGEM, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE ANTONIO EDUARDO DE OLIVEIRA E DE RAQUEL PORTO MACHADO DE OLIVEIRA.

VITOR GOMES AJALA PINTO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 27/01/1992, BOMBEIRO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE JORGE CARLOS AJALA PINTO E DE MARIA DAS DORES GOMES; E **AMANDA LIRA MESSIAS,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 21/10/1994, PROFESSORA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE GIOVANI SILVA MESSIAS E DE MARIA JOSÉ SILVA LIRA MESSIAS.

ANDRÉ TORRES GAVIOLI, BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 31/08/1980, MOTORISTA, NATURAL DE TABOÃO DA SERRA - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO - SP, FILHO DE ROBERTO GAVIOLI E DE ELIANE TORRES GAVIOLI; E **FLÁVIA ISIDIO DE LIMA,** BRASILEIRA, DIVORCIADA, NASCIDA AOS 19/06/1980, CAMAREIRA, NATURAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO - SP, FILHA DE FRANCISCO CANINDÉ AZEVEDO DE LIMA E DE FRANCISCA ISIDIO DE LIMA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

Novo painel da ANS traz dados de planos de saúde de 2017 a 2021

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) disponibilizou uma nova edição do Painel de Precificação de Planos de Saúde. A ferramenta online traz dados sobre os valores médios de comercialização usados como referência de precificação dos planos de saúde no mercado nacional.

O Painel é dividido em quatro seções: Operadoras e planos; Valor Comercial; Composição do Valor Comercial; e Dimensão Geográfica. Nessa edição, a dimensão geográfica passa a oferecer uma visão da quantidade de operadoras e seus planos disponíveis para comercialização. Também a partir desta edição, o Painel de Precificação passa a informar a série histórica do Valor Comercial por município ao final de cada ano. A publicação traz informações de janeiro de 2017 a dezembro de 2021.

As informações podem ser segmentadas pelas principais características de produto, como tipo de contratação, segmentação assistencial, presença ou não de coparticipação ou franquia, cobertura odontológica, livre escolha de prestadores e abrangência geográfica de cobertura do plano; e, por modalidade e porte da operadora do plano.

É possível consultar, por exemplo, na composição dos preços, as chamadas despesas assistenciais, ou seja, aquelas voltadas para o pagamento de exames, consultas, cirurgias, entre outros procedimentos; e, das despesas não assistenciais, que se destinam a cobrir despesas como custos fixos do funcionamento da operadora, salários, entre outras.

O Painel apresenta um panorama da formação inicial dos preços de planos de saúde, de acordo com o valor comercial de referência informado nas Notas Técnicas de Registro de Produto (NTRPs) dos planos de saúde disponíveis no mercado brasileiro. Segundo a ANS, os valores comerciais de referência informados na nota técnica podem apresentar diferenças em relação aos preços de comercialização efetivamente praticados nas tabelas de venda utilizadas pelas operadoras. Isso ocorre porque há uma flexibilização para o estabelecimento dos preços de comercialização em função, por exemplo, da adoção de mecanismos como coparticipações ou franquias.

O Painel de Precificação é uma ferramenta voltada para o consumidor e para os interessados no setor de planos de saúde, pois dá visibilidade a dados que colaboram para a tomada de decisão por parte de quem quer contratar ou trocar de plano, bem como para o aumento da concorrência no setor. O Portal de Dados Abertos da ANS também inaugura um conjunto de dados dedicado a fornecer a série histórica completa do Valor Comercial por Município desde 2014. (Agencia Brasil)

Quadrilha tenta roubar empresa de transporte de valores no Paraná

Uma quadrilha fortemente armada, com cerca de 30 integrantes, tentou, sem sucesso, assaltar os cofres da empresa de transporte de valores Proforte na noite de domingo (17), na cidade de paranaense de Guarapuava. Dois policiais foram baleados. Um deles, atingido na perna, passa bem. O outro, baleado no rosto, encontra-se em coma. Um civil também foi alvejado, mas não corre risco de morte.

"O foco da ação foi a Proforte, mas felizmente eles não obtiveram êxito", informou o secretário de Segurança Pública do estado, Romulo Marinho Soares, referindo-se às instalações da empresa de transporte de valores onde são guardadas grandes quantias de dinheiro em espécie.

De acordo com as autoridades de segurança do estado, os bandidos colocaram veículos estacionados em frente ao 16º Batalhão de Polícia Militar, na tentativa de bloquear as vias para dificultar o deslocamento de viaturas até o local onde a ação criminosa estava sendo colocada em prática.

Segundo o secretário, a ação ocorreu por volta das 22h do domingo. "Eles tentaram bloquear a saída das viaturas do batalhão, mas o pessoal que estava em ronda percebeu a movimentação, o que possibilitou colocarmos o plano de contingência que temos para esse tipo de situação. Fechamos entrada e saída da cidade. Com isso, os bandidos tiveram de fugir para a área rural", disse o secretário.

O prefeito de Guarapuava, Celso Góes, informou que, graças ao plano de contingência, não houve confronto dentro da cidade, e que no contato que teve com o Ministério da Justiça foi informado da liberação de policiais federais e rodoviários federais em apoio às buscas.

Durante a fuga, seis veículos e alguns armamentos foram abandonados. "Sabemos que há meliantes feridos porque identificamos sangue nesses veículos e nas ruas. Nossos helicópteros estão agora tentando localizá-los para fazermos a captura", disse o prefeito.

De acordo com o comandante da operação, coronel Hudson, há cerca de 200 policiais em apoio às ações, contando reforços da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. "Entramos em contato com inteligência de outros estados que foram vítimas de crimes semelhantes, como Santa Catarina", acrescentou

O secretário de Segurança criticou a divulgação de diversas notícias falsas que, segundo ele, teriam sido espalhadas por redes sociais. Esses boatos estariam atrapalhando as investigações, além de prejudicar a rotina da cidade.

Entre as notícias falsas, ele citou a de que os bandidos teriam feito reféns durante a ação, e de que eles teriam capturado líderes de grupos criminosos que estariam na penitenciária local. "Nada disso aconteceu", garantiu o secretário. (Agencia Brasil)

Governo do Paraná lança edital do programa de acolhimento de cientistas ucranianas

O Governo do Estado, por meio da Fundação Araucária e da Superintendência Geral da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), publicou o edital do Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianas. O objetivo é acolher e integrar as cientistas na comunidade paranaense e também em colaborações conjuntas futuras para a reconstrução e fortalecimento da economia do país europeu por meio da inovação

Esse programa é de fluxo contínuo e também tem como prioridade apoiar financeiramente as Instituições Científicas e Tecnológicas e de Inovação (ICTs) paranaenses na acolhida de pesquisadoras ucranianas para atuar na Pós-Graduação Stricto sensu.

"Será disponibilizado o valor global de R$ 18 milhões. Esta ação está contando com o apoio de instituições parceiras acadêmicas, governamentais e de diversos outros segmentos (internacionais e nacionais) que possuem o intuito e a missão primordial de localizar as cientistas ucranianas para que tenham acesso, conheçam e sintam vontade em aderir ao programa", destacou o presidente da Fundação Araucária, Ramiro Wahrhaftig.

Ele conta com bolsas na categoria Pesquisador Visitante Especial 1 (PVE1), para pessoas com mais de cinco anos de experiência como docente universitária e com respectivo grau de produtividade acadêmica, com duração de até 24 meses cada, no valor mensal de R$ 10 mil; e categoria Pesquisador Visitante Especial 2 (PVE 2), para pessoas com menos de cinco anos de experiência como docente universitária, com duração de até 24 meses cada, no valor mensal de R$ 5.500,00.

Cada pesquisador-visitante poderá receber auxílio complementar de R$ 1.000,00 para cada dependente abaixo de 18 anos e/ou ascendente acima de 60 anos. O limite será estabelecido em três complementos de R$ 1.000,00 para cada cientista selecionada.

Também terão direito às passagens de vinda para o Paraná e de retorno à Ucrânia. Se tiverem dependentes, as passagens deles também serão pagas. (AENPR)